

**COLIGAÇÃO
PRA RENOVAR A ESPERANÇA
(PC do B, REDE, PSB, PMN, PTN, SD)**

PREFEITA MARCIVANIA FLEXA

PROGRAMA DE GOVERNO

PROGRAMA DE GOVERNO

SUMARIO

Apresentação

Compromissos com o Povo Santanense

Primeira Parte: Princípios, Eixos e Diretrizes do Programa de Governo

I – Princípios

II – Diretrizes

III – Eixos Estratégicos

Segunda Parte: Santana que Temos

I – Um Governo Inoperante e da Desconstrução

II – Diagnóstico

Terceira Parte - Santana que Teremos

I – Um Governo da Mudança e da Realização da Esperança

II – Propostas, Programas e Projetos

Conclusão

Bibliografia

Fontes Estatísticas

Fontes de Financiamento Extra Orçamentárias

*“Amanhã está tudo esperança, por menor que pareça
Existe é p’ra vicejar, amanhã apesar de hoje
Será estrada que surge, para se trilhar
Amanhã mesmo que uns não queiram será de outros
que esperam ver o dia raiar ...”*

Guilherme Arantes

APRESENTAÇÃO

Este Programa de Governo para o Município de Santana é fruto do contato direto, profundo e qualificado dos partidos que compõem a Coligação “Pra Renovar a Esperança” com o povo santanense. Mais que um simples documento, o Programa é um compromisso com o povo, um instrumento político, capaz de construir relações concretas com os setores e grupos sociais para quem queremos governar. No entanto, não é uma “obra fechada”, estará sempre disponível para atualizações e novas incorporações que não lhes subvertam os princípios.

Se por um lado este Programa reflete a profunda esperança do cidadão de Santana por mudanças que realmente lhes beneficie, ele também não deixa de refletir a esperança de que uma nova conjuntura política, social e econômica do país se apresente e seja marcada pela retomada do desenvolvimento justo, equilibrado e sustentável da sociedade brasileira.

Nosso Programa de Governo indica que vamos governar invertendo prioridades, investindo no social e no direito à cidade, incorporando a participação popular em uma gestão pública democrática e eficiente e gerando empregos.

Somadas as indicações do povo santanense, com a esperança de que ventos favoráveis da situação nacional se apresentem já no próximo ano, temos convicção que ao final do nosso mandato municipal teremos uma Santana mais bela, justa, saudável e democrática.

Marcivânia Flexa e Equipe de Elaboração do Plano de Governo

COMPROMISSO COM O POVO SANTANENSE

Governos autoritários alimentam o medo, a impotência, o sentimento de que nada do que fazemos pode alterar a vida que vivemos. Governos democráticos alimentam a esperança, nos dão a possibilidade e o poder de sempre mudar o que não nos satisfaz. Os governos democráticos nos permitem sonhar.

Dos meus encontros com o povo santanense, a convicção mais firme que aprendi foi a de que a sua maior esperança nesta eleição é que Santana passe por mudanças profundas que lhe garantam um futuro de desenvolvimento equilibrado e a universalização do direito à moradia digna em ambiente saudável para todos.

O povo de Santana quer um basta neste caos e irresponsabilidades que hoje vivemos. Nós somos um povo “sem”: sem lazer, sem segurança, sem emprego, sem cultura, sem educação, sem saúde, sem participação, sem governo honesto, mas, infelizmente, também somos um povo “com”: com violência, com autoritarismo, com doença, com analfabetismo, com uma cidade maltratada, e com gestores ricos, construindo mansões e comprando carrões.

Eu sou uma das inúmeras e inúmeros santanenses que espera mudar este estado de coisas, e uma santanense privilegiada, pois como prefeita posso ser o instrumento pelo qual meu povo vai realizar seu sonho de ter uma cidade feliz, culta, saudável e linda como sempre ela mereceu ser.

Marcivânia Flexa

PRIMEIRA PARTE – PRINCIPIOS, EIXOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE GOVERNO

I – PRINCIPIOS

Existem alguns princípios que fazem parte da trajetória histórica do PC do B e dos partidos que compõem a Coligação “Pra Renovar a Esperança” e diante dos quais devemos ter uma saudável intransigência e que fazem parte integrante deste Programa de Governo.

1 – DEMOCRACIA

Democracia é um princípio básico que defendemos. A noção de democracia nasce da ideia de “governo do povo” ou simplesmente de “governo da maioria”. Por si só, já se trata de um grande desafio: construir um governo da maioria, não apenas orientado, mas controlado por ela. Modernamente, a noção de democracia tornou-se mais complexa, na medida em que outras questões passaram a compor sua compreensão, como o direito das minorias e dos direitos fundamentais, como liberdade de expressão, de reunião etc. Para nós a democracia é um conceito eminentemente político, cuja maior garantia está no grau de organização e participação da sociedade na condução dos negócios governamentais. Significa a ampliação das fronteiras políticas da sociedade.

2 – IGUALDADE

Igualdade é um princípio essencialmente democrático. Não basta conceder direitos se as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais se encarregam de excluir a maioria dos assuntos que lhe dizem respeito.

O importante é termos a capacidade de transformar a bandeira da igualdade em programas concretos e efetivos. Sem isso a democracia perde substância social e torna-se mero discurso vazio, sem significado para a maioria.

3 – SOLIDARIEDADE

O PC do B e os partidos que compõem a Coligação “Pra Renovar a Esperança” sempre desenvolveram a solidariedade política, sobretudo considerando que inúmeros de nossos militantes e dirigentes na luta pela

democracia, por igualdade e pela ética na política, foram atingidos pelas mais diversas formas de violência.

O exercício de governar é marcado pela necessidade de fortalecermos a solidariedade como valor social. Em muitos casos, a solidariedade funciona como primeiro passo para um engajamento e uma politização de pessoas que não entendem a política como canal efetivo de mudança.

4 – ÉTICA E PROMOÇÃO DE VALORES REPUBLICANOS

A valorização do princípio ético tem destacado os partidos que compõem a Coligação “Pra Renovar a Esperança” ao longo de suas histórias. O caráter ético dos nossos partidos está indissociado das ideias de justiça, transparência e verdade.

A construção de uma nova política depende de novos métodos político-partidários que importa fundamentalmente da promoção e consolidação de uma cultura republicana. A ética é um princípio essencial à postura partidária diante da sociedade e nas relações entre os companheiros de partido.

5 – SUSTENTABILIDADE

O ideia de sustentabilidade é transversal ao nosso projeto e ações de governo, importa sobretudo na construção de uma mentalidade, de uma atitude e de uma estratégia que deve ser ecologicamente correta, viável no âmbito econômico, socialmente justa e com diversificação cultural.

II – DIRETRIZES

1 – PARA QUEM VAMOS GOVERNAR?

A ideia de um “governo para todos” deve ser entendida e assumida como a ideia de que não admitimos uma sociedade de exclusão. Pretendemos governar para estabelecer uma nova relação estado-sociedade-mercado, contrária a visão liberal. Queremos claramente favorecer a sociedade nesta equação política. Governamos para a maioria, mas isso é conceito abstrato.

O governo precisa traduzir para a cidade quem é essa maioria. Quem são seus movimentos sociais? Qual o perfil da população excluída? Quem são os segmentos marginalizados? Quantos passam fome, estão fora da escola, estão desempregados? Este é o sujeito que a política tradicional condenou ao anonimato e que pretendemos resgatar para a cidadania.

Só assim podemos situar o que chamamos inversão de prioridades na Santana que queremos governar. Não se trata apenas de gastar mais recursos em saúde, educação, segurança, urbanização etc. Trata-se de priorizar a garantia de direitos mínimos e ampliar o atendimento às demandas sociais. Mas de nada vale aumentar o volume de gastos nestas áreas e não termos como visualizar resultados na melhoria das condições de vida da população, por meio de indicadores básicos. A avaliação da qualidade do serviço, da facilidade – ou não – do acesso, dos graus de efetividade das políticas públicas e do desenvolvimento de novas capacidades é o verdadeiro sentido da inversão de prioridades.

2 – COMO GOVERNAMOS?

Ideias precisam ganhar corpo e por isso devemos responder: “para quem governar?”. Mas depois que as ideias ganham corpo, elas precisam caminhar. Na política, os problemas são resolvidos orientados por propostas, mas a garantia de seus resultados é dada pela **organização e mobilização social**.

Só assim, com uma nova correlação de forças, é possível suplantar obstáculos. A forma como se caminha influi muito nas chances de vitória e nos riscos de derrapagem e acidente. A maneira de governar assume para nós um sentido estratégico, pois trata-se do momento da ação política. Temos um compromisso com a **participação popular**, mas é preciso que se crie uma pauta de decisões a ser objeto do processo participativo. Do contrário, estaremos criando fóruns formais, sem importância real e comprometendo a imagem de democracia e da política como instrumentos de mudança.

Finalmente, é preciso investir na **transparência** e na **eficiência**. Não podemos incorrer no mesmo erro que alguns governos de esquerda que tem mania de pensar que suas realizações falam por si próprias, o que é um erro político primário.

É preciso divulgar, difundir dados, prestar contas publicamente, comparar nosso trabalho com o das gestões anteriores, abrir as antigas “caixas pretas”, instaurar tomadas de conta especiais, enfim expor a herança corrupta, incompetente e de má gestão administrativa dos governos anteriores e divulgar de que maneira isso tem sido atacado e transformado.

III – EIXOS ESTRATÉGICOS

Antes de pensarmos nas propostas que compõe um programa, é preciso pensar com atenção quais são os eixos estratégicos e conceituais. Do contrário, parece no melhor dos casos que nossas marcas são apenas um conjunto de programas sociais baseados em experiências de governo bem sucedidas.

Estas marcas são importantes, são um verdadeiro patrimônio político, mas não respondem a uma questão de fundo: “Aonde queremos chegar? Que projeto de sociedade estamos construindo? Qual a relação de um governo democrático e popular de âmbito local com nossa plataforma política nacional?”. Essa é a razão pela qual temos de esclarecer tais eixos. Ao falarmos de inversão de prioridades, devemos saber traduzir para a realidade santanense o que significa concretamente esta ideia.

O futuro governo deve implementar uma agenda que seja capaz de desenvolver políticas de inclusão social e superação das desigualdades, de radicalização da democracia, de criação de canais de participação e diálogo, com capacidade de compartilhar decisões importantes entre governo e sociedade.

Isso exige uma cultura de planejamento, eficiência e racionalidade da máquina pública e controle social do governo, com transparência e eficácia das políticas públicas, para promover e garantir o desenvolvimento humano, social, político, cultural e econômico de todos os cidadãos e cidadãs.

Tendo isto como norte, os eixos estratégicos do nosso Programa de Governo são:

1 – Participação Cidadã e Controle Social: por uma cultura democrática e transformadora na vida pública; uma cultura democrática em oposição à tradição clientelística e assistencialista que permeia a cultura política brasileira e em especial santanense.

2 – Gestão Ética e Transparente: um novo modelo de gestão do Município que prime por serviços públicos eficientes e eficazes, mas também pela prestação de contas permanente perante a sociedade.

3 – Serviço Público Eficiente e Efetivo: A prestação dos serviços públicos deve ser otimizados tendo em vista o uso racional dos recursos públicos aplicados à realização de suas finalidades, deve ser efetivo no sentido de orientar

as ações e recursos em busca do melhor resultado (eficácia), desenvolvendo as atividades no melhor padrão de qualidade versus tempo (eficiência).

4 – Desenvolvimento Local Sustentável como fator de geração de trabalho e renda e promoção da igualdade social: desenvolvimento social e humano garantindo isonomia, igualdade, justiça social e preservando os recursos comuns para as atuais e as futuras gerações.

5 – Políticas Sociais, de Afirmação e de Garantia de Direitos: estas políticas dizem respeito diretamente ao exercício de direitos e à prestação de serviços diretos à população.

6 – Direito à cidade: município é constituído por áreas territoriais diversas, com especificidades geográficas, ambientais, culturais, sociais, mas em todas as comunidades com igual direito a usufruir os bens e serviços públicos, ou seja, a usufruir o direito à cidade.

Temos certeza de que nenhum dos eixos propostos pode se consolidar sem estar articulado e integrado aos demais.

EIXO 1: PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E CONTROLE SOCIAL:

A Participação Cidadã deve favorecer a constituição de uma cultura democrática em oposição à tradição clientelística e assistencialista que permeia a cultura política brasileira e em especial a santanense.

Neste sentido são estes os aspectos fundamentais que definem a concepção de **Participação Cidadã:**

- Os espaços públicos de Participação Cidadã são espaços de explicitação e de negociação dos conflitos de interesses, pois os interesses do conjunto de agentes e segmentos sociais não são consensuais e harmônicos.

Por isso, essa “esfera pública” – espaço público de negociação e debate de ideias – demanda regras democráticas claras que garantam a participação efetiva e isonômica de todos os cidadãos e cidadãs, quer seja em espaços públicos sob a responsabilidade ou iniciativa de setores da sociedade civil, quer seja em espaços públicos sob responsabilidade dos governos. Isto é fundamental na constituição de canais de participação popular, na promoção de conferências públicas (como as conferências da cidade) e na implementação de programas de controle social do orçamento e das políticas públicas, tal como o Orçamento

Participativo, uma das formas de se prover participação e controle social da gestão pública.

- A existência de canais de participação, institucionalizados ou não, tais como conselhos, comitês, fóruns, que devem ser respeitados e apoiados em suas atribuições.

- A participação cidadã se caracteriza pela corresponsabilidade entre governo e sociedade. O governo também deve disputar, juntamente com a população, os interesses em torno de seu projeto (que tem legitimidade na representação pelo voto), pois o governo é ator central do processo participativo e não mero porta-voz dos interesses difusos na sociedade.

- A informação clara, explícita, inteligível e disponível, em todo o processo, é condição para a Participação Cidadã. A manutenção dos privilégios no acesso às informações é fator de redução da possibilidade da participação Cidadã e é provocada também pelo uso de linguagens pouco compreensíveis e pela falta de universalização dos meios de acesso (jornal, rádio, internet etc.)

- No âmbito interno dos governos, a participação informada de todos os seus agentes (decisores por representação popular ou delegação, assessores, operadores de políticas, servidores públicos) garante planejamento e execução coerentes com diretrizes e mecanismos publicamente compromissados.

A Participação Cidadã tem de vir acompanhada de possibilidade de controle social.

Controle Social significa monitoramento, pela sociedade – de forma organizada e institucionalmente reconhecida -, dos processos políticos-administrativos e das políticas públicas, desde sua elaboração até sua avaliação e replanejamento. É o fortalecimento do papel do Estado agregando a corresponsabilidade com a sociedade.

A Constituição Brasileira, A Constituição Estadual e a Lei Orgânica do Município de Santana preveem direitos e instrumentos institucionais de participação e controle social, tais como plebiscito, *referendum*, conselhos, conferências, orçamento participativo etc.

Agregando os termos “participação cidadã” e “controle social” teremos um conceito mais próximo do que se pretende para garantir participação cidadã efetiva nos processos decisórios.

EIXO 2: GESTÃO ÉTICA E TRANSPARENTE:

Falar em democratizar o poder de decisão e moralizar a gestão pública nas cidades é resgatar a concepção de democracia participativa. Queremos inverter não só as prioridades, mas a maneira de fazer política e administrar a coisa pública. Pretendemos recriar as bases de legitimidade da política brasileira, que não virá a não ser na esteira de um intenso e prolongado processo de transformações. Não podemos cair na armadilha de simplesmente defendermos estruturas arcaicas, burocratizadas, cuja prática diária é de desrespeito ao cidadão. Nosso desafio é o de instaurar um novo modelo de gestão do município. Estaremos, então, nos referindo à necessidade de redesenhar as funções, a organização e a estrutura institucional da máquina governamental, de forma a cumprir os objetivos e metas de um governo democrático e popular.

EIXO 3: SERVIÇO PÚBLICO EFICIENTE E EFETIVO:

Os interesses da sociedade estão vinculados às atividades desenvolvidas pelo governo, que, por sua vez, tem como princípio básico prestar serviços que supram as necessidades coletivas de forma eficiente e eficaz.

As mudanças organizacionais ocorridas nas últimas décadas no setor privado, também acabaram por atingir o setor público e governamental. Entre estas mudanças se encontram especialmente os mecanismos de controle aplicados aos atos realizados pelos gestores públicos.

Assim trata-se de reconhecer a importância da eficiência e da eficácia na gestão pública como vetor de desenvolvimento social que afeta diretamente a sociedade como um todo contribuindo na melhoria dos serviços públicos prestados a sociedade. Eficácia e eficiência são consideradas fundamentais a qualquer organização pública ou privada. Ambas são vitais para o planejamento: determinar os objetivos certos e em seguida escolher os meios certos de alcançar esses objetivos.

A participação popular, a ação coletiva na gestão e o controle social são instrumentos que vêm diminuindo as irregularidades e melhorando a resolução de problemas, tornando mais eficiente e eficaz o gerenciamento e a execução de políticas públicas e de instituições públicas governamentais, trazendo mais transparência e clareza, e gerando maior fiscalização em relação às atividades desenvolvidas, aos recursos e aos serviços direcionados ao setor público.

A qualidade da gestão pública tem que ser orientada para o cidadão, e desenvolver-se dentro do espaço constitucional demarcado pelos princípios da impessoalidade, da legalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

O princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional, para obtenção de resultados positivos para o serviço público e atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.

Tais princípios buscam uma gestão mais transparente e profissional com ações que visam o atendimento das demandas, anseios e necessidades da sociedade. Administrar com eficácia significa atingir os objetivos planejados. Já agir com eficiência implica otimizar e utilizar corretamente os recursos disponíveis.

A eficácia resulta da relação entre metas alcançadas versus metas pretendida e a eficiência significa fazer mais com menos recursos.

EIXO 4: DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL COMO FATOR DE GERAÇÃO DE TRABALHO, RENDA E PROMOÇÃO DA IGUALDADE SOCIAL:

Um dos objetivos do governo é a garantia do desenvolvimento da sociedade e das pessoas que a compõe, a que ele serve, nos seus múltiplos aspectos – social, político, cultural, econômico, ambiental –, garantido isonomia, igualdade, justiça social e preservando os recursos comuns para as atuais e as futuras gerações. Neste sentido, articular-se com os municípios limítrofes, especialmente, Mazagão e Macapá, para promover a economia solidária, o cooperativismo, a rede de produtores, o empreendedorismo, as microempresas e o terceiro setor, é também promover desenvolvimento econômico.

EIXO 5: POLÍTICAS SOCIAIS, DE AFIRMAÇÃO E DE GARANTIA DE DIREITOS:

As políticas sociais e de garantias de direitos são parte intrínseca – e condição – do desenvolvimento e sua importância indica um eixo específico de discussão. Neste eixo englobam-se as **políticas públicas** de educação, saúde, saneamento, transporte, habitação, assistência social, transferência e redistribuição de renda, direitos humanos, abastecimento e segurança alimentar, geração de trabalho e renda, cultura, lazer, esporte, políticas agrária e agropecuária, meio ambiente e inclusão digital. Essas políticas dizem respeito

diretamente ao exercício de direitos e à prestação de serviços diretos à população, de responsabilidade dos governos.

EIXO 6: DIREITO À CIDADE:

As questões da organização do município, do seu espaço urbano, da organização do espaço da vida, de suas questões ambientais são pautas fundamentais da eleição e incorporam desde o aspecto da “zeladoria urbana” até o planejamento da cidade e sua inserção na região. A ideia do direito à cidade importa não apenas numa gestão democrática do território que incorpora o conceito de que o município é constituído por áreas territoriais diversas, com especificidades geográficas, ambientais, culturais, sociais, mas também que todas as comunidades e todos os cidadãos e cidadãs tem igual direito a usufruir os bens e serviços públicos, ou seja, a usufruir o direito à cidade.

SEGUNDA PARTE – SANTANA QUE TEMOS

I – UM GOVERNO INOPERANTE E DA DESCONSTRUÇÃO

Se considerarmos que um governo atuante tem que ser capaz de avaliar tanto a sociedade e suas demandas, quanto os recursos naturais e materiais disponíveis, para definir sua política econômica, social e administrativa, num mundo que agrega cada vez mais a visão global econômica e ambiental, instrumentalizando sua ação na busca de melhor qualidade de vida para a população, temos, então, que o atual governo do município de Santana é da mais absoluta inoperância e irresponsabilidade.

Um governo encastelado na burocracia, obscuro, sem programa de trabalho, e por consequência, atuando sem planejamento e diretrizes que deveriam nortear o desenvolvimento da sociedade.

Um governo autoritário, que não criou um mecanismo sequer de participação popular na condução dos negócios públicos, por isso mesmo um governo que se revelou incapaz de tomar decisões estratégicas e de agregar a sociedade santanense em torno de decisões políticas fundamentais para a vida do povo. Um governo desmobilizador, que incentivou a apatia política e baixa estima do povo santanense.

Um governo sem criatividade e ousadia que impediu a criação de novas oportunidades de investimentos, mobilizando recursos do setor privado e da esfera pública estadual, federal e internacional buscando inovações e minimizando esforços para a melhoria da vida santanense.

Tanta inoperância e irresponsabilidade refletiu-se nas diversas esferas da economia, da sociedade e da administração pública de Santana que, como vamos observar neste breve diagnóstico, estão em estado de pura indigência e precariedade.

II – DIAGNÓSTICO

1 – SITUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA BÁSICA

A) SANEAMENTO

O abastecimento de água potável e o tratamento de esgoto é administrado em sua quase totalidade pela Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Amapá – CAESA, sendo a prefeitura municipal supervisora dos serviços prestados.

Dos 24.786 domicílios permanentes de Santana, recenseados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 13.487 são atendidos pela rede geral de abastecimento de água, 8.716 por poços amazonas e artesianos e 2.583 buscam outras formas de abastecimento. 21.098 domicílios possuem banheiro e sanitário, sendo que destes, apenas 960 são atendidos pela rede geral de esgoto. 3.688 domicílios não possuem banheiro e sanitário. 19.313 domicílios tem o lixo coletado pela prefeitura e 5.473 não são beneficiados por este serviço público. O destino final do lixo por décadas é um sistema de disposição final de resíduos classificado como inadequado, ou mais comumente conhecido como Lixão, localizado na Rodovia Duca Serra ao lado da Usina de Asfalto, na extremidade norte da cidade, no perímetro urbano e próximo a mananciais superficiais e subterrâneos, inexistente coleta seletiva e tratamento ambiental e econômico dos resíduos recolhidos.

Atualmente está sendo executado um Projeto para a Remediação da Lixeira Pública de Santana, através de um convênio entre a PMS e a empresa Eletronorte para a execução das medidas cabíveis no que tange aos problemas referentes a lixeira pública, objetivando o seu fechamento.

B) REDE VIÁRIA

O sistema viário da cidade é composto por cerca de 261 km de vias distribuídos segundo classificação de tratamento, conforme a seguinte tabela:

ITEM	VIAS SEGUNDO TRATAMENTO	EXTENSÃO (Km)	%
01	Asfaltada	70	27
02	Imprimada	5	2
03	Piçarrada	39	15
04	Aberta	104	40
05	Projetada	33	12

06	Em estiva	10	4
T O T A L		261	100

FONTE: Secretaria de Transportes do Estado do Amapá - SETRAP

Vê-se que aproximadamente um quarto das vias possuem tratamento asfáltico, embora a maioria não disponha de meio fio, passeio e sistema de drenagem fluvial. Apenas 2% das vias, contam com imprimação asfáltica, 15% são piçarradas, 40% apenas abertas resguardando os alinhamentos projetados. As vias especificadas como projetadas, na realidade são apenas projeções para abertura no futuro.

Algumas dessas projeções encontram-se parcialmente invadidas. Isto acontece principalmente, devido estas vias estarem projetadas sobre áreas baixas ou leitos de igarapés. As vias com estivas, são igualmente em áreas baixas, e boa parte delas resguardam os alinhamentos projetados.

C) ELETRIFICAÇÃO

O fornecimento de energia para Santana é feito através do sistema interligado com Macapá – UHE Coaracy Nunes e Termoelétricas sendo um atendimento ininterrupto. Tanto o fornecimento de energia elétrica domiciliar como a iluminação pública, cobrem a maior parte da área urbana, porém, importantes setores carecem de iluminação pública.

2 – SITUAÇÃO ECONÔMICA

A) INFRA-ESTRUTURA

• ENERGIA

O município de Santana, localiza-se próximo a UHE Coaracy Nunes, sendo contemplado pelo sistema interligado de fornecimento de energia elétrica que se vincula a Macapá, podendo ainda a vir a ser beneficiado pelas UHE do Sistema de Ferreira Gomes. Consequentemente, recebe energia ininterruptamente. Todavia, isto não tem garantido o atendimento total da demanda local, principalmente porque mais da metade dessa demanda diz respeito ao setor industrial. Consequentemente, este setor é o mais afetado, já havendo postergação de implantação de novos empreendimentos por falta de disponibilidade de energia. Diante desse quadro, constitui-se este setor infra estrutural em dos maiores entraves a um maior dinamismo econômico de Santana.

• TRANSPORTE

O município é servido por três modalidades de transporte: fluvial, rodoviário e ferroviário.

A navegação fluvial se constitui no mais antigo meio de transporte existente em Santana, desempenhando importante papel no desenvolvimento local, pois tem facilitado o tráfego de pessoas e escoamento de produtos entre a sede do município e as regiões ribeirinhas, servindo também de elo de ligação comercial para os produtos oriundos do Pará que se destinam a comercialização em Macapá e demais municípios.

Para tanto, conta o município de Santana com a melhor infraestrutura portuária do Estado, sendo constituída de três cais: o Cais A, com 60m de extensão e calado mínimo de 10m, dotado com um berço, recebe embarcações fluviais de pequeno porte; o Cais B, com 200m de extensão e calado mínimo de 12m, dotado com um berço, atende às navegações de longo curso e o Cais C, com 136m de extensão e calado mínimo de 12m, dotado com dois berços, atende às navegações de longo curso e de cabotagem.

As instalações de armazenagem reúnem um armazém para carga geral com 2.800m² na retaguarda do Cais B, um galpão de 1.500² e um pátio medindo 3.000², circulando o armazém, que pode servir de depósito. O pátio entre o galpão e o armazém acresce à área de estocagem 16.500m².

Existem terminais de uso privativo: o da ZAMIN, com 270m de cais, operando na exportação de minério de ferro e manganês, extraído de Serra do Navio e o de Combustíveis, movimentando combustíveis em um cais de 120m. Ambos os terminais possuem profundidade mínima de 10m. Desde de dezembro de 1992, passou a operar, na área do próprio porto, um sistema de carga de grãos sólidos, destinados à exportação de cavacos de madeira, na quantidade mínima prevista de 500.000 t/ano. Hoje, a quase totalidade da exportação e importação estadual passa obrigatoriamente pelos portos do município.

Mas, apesar disso, não se concentra esta movimentação de mercadoria em torno do Porto Organizado de Santana, pois, em toda a orla marítima do perímetro urbano de Santana existem trapiches particulares que são utilizados por diversas empresas para carga e descarga de suas mercadorias, facilitando assim, a evasão de divisas.

Após a transferência para o domínio do Estado, o transporte ferroviário está em decadência do ponto de vista comercial e hoje encontra-se inoperante.

A malha rodoviária, por sua vez, constitui-se no principal elo de ligação entre Santana e Macapá, sendo formada pelas rodovias Duque de Caxias e Juscelino Kubitschek, que se interligam com a BR-156 e a AP-010 (Macapá-Mazagão), apresentando atualmente condições razoáveis de trafegabilidade.

Todavia, praticamente não existem estradas vicinais no município, em direção à zona rural. Isto cria sérios entraves ao desenvolvimento da produção agrícola, já que dificulta o escoamento de produção oriunda de áreas localizadas fora do eixo fluvial.

B) SETOR PRIMÁRIO

• AGRICULTURA

A produção agrícola de Santana vem se mostrando bastante incipiente. O número de estabelecimentos agrícolas existentes no município é muito pequeno (3%), assim como a área disponível para cultivo (4,3%), quando comparada ao Estado. Entretanto, isto não é a causa dessa incipiente produção, já que decorre do fato do município apresentar a menor extensão territorial a nível estadual. A causa básica está no fato de que do total da área disponível para cultivo no município, menos de 10% é utilizada para culturas permanentes e temporárias, conforme dados do IBGE (@cidade).

Por outro lado, poucas são as áreas que são mecanizadas, face o reduzido número de tratores/estabelecimentos (0,8/1), o que demonstra, também, a ineficiência da agricultura local.

Isto resulta numa pequena produção de ambos os tipos de cultura. No que se refere às culturas temporárias, observa-se que, em média, representam 6% da registrada no Estado. As únicas culturas que apresentam participação acima dessa média foram o abacaxi e a melancia, respectivamente com 13% e 13,3%. Com relação as culturas permanentes, registram-se apenas a produção de banana e laranja que representaram em 2012, cerca de 11%. Contrariamente às culturas temporárias, vêm apresentando crescimento. Um outro aspecto a ser observado, comum até mesmo a todo o Estado, diz respeito à comercialização dos produtos agrícolas, que:

a) recebe interferência direta do governo estadual, inclusive quanto a manipulação de preços, devido a falta de uma estrutura de apoio a esta atividade;

b) direciona grande parte da produção local para venda em Macapá, principal mercado estadual, comprometendo ainda mais o abastecimento do município.

Apesar de mostrar uma inexpressiva produção agrícola, Santana apresenta um elevado potencial para o desenvolvimento desse setor. Primeiro, porque grande parte das terras disponíveis para cultivo ainda não foram utilizadas para tal finalidade, mesmo subtraindo desse cômputo as áreas utilizadas por chácaras particulares e por plantações industriais, localizadas próximas ao perímetro urbano.

Segundo, porque de acordo com estudos realizados pela SUDAM na elaboração do PROVAM Vale do Araguari, 47% das terras do município (732 Km²) apresentam aptidão agrícola, podendo ser destinadas tanto para lavouras de ciclo curto e longo (42%), quanto para silvicultura (5%), e sem maiores restrições para os diversos tipos de manejo dos solos.

Quanto isso, há recomendação de que se desenvolva a formação de pomares com destaque para a produção comercial de laranja, lima, tangerina e limão, que apresentam um mercado potencial no âmbito estadual, mesmo não havendo tradição local na geração desses produtos.

• PECUÁRIA

A pecuária é muito pouco desenvolvida no município, apesar de existir localmente áreas de pastagens naturais propícias a esta atividade. Dentre o efetivo total existente, há uma paridade de 5.746 cabeças de bovino para 5.119 búfalos (dados de 2014 - @cidades), principalmente na região de Igarapé do Lago, devido as condições naturais adequadas dessa área.

Há uma produção de 148 mil litros de leite por ano em 358 vacas ordenhadas. No que tange a produção de carne, tanto bovino como bubalino, é insuficiente para o abastecimento local, havendo sempre a necessidade de sua importação da região das ilhas do Marajó, no Estado do Pará.

De acordo com os estudos do PROVAM a área apropriada para implantação de pastagens, que é a mesma destinada para silvicultura (5%) é de 77 Km². Por outro lado, há a restrita recomendação de que seja somente incentivada no município a bovinocultura de leite, em regime de estabulação.

• EXTRATIVISMO VEGETAL E ANIMAL

A exploração da madeira é a atividade mais expressiva economicamente no tocante ao extrativismo vegetal. Grande parte da produção é comercializada com o mercado extra estadual, sendo mais predominante o atendimento do mercado nacional.

A extração do açaí e, conseqüentemente, a do palmito do açazeiro, este último para exportação, também se destacam economicamente, muito embora não na mesma intensidade que a exploração da madeira.

No entanto, se não houver uma política de manejo sustentável, a exploração do açaí deve continuar sendo restringida em suas potencialidades pela exploração do palmito e falta de investimento na infraestrutura produtiva.

Com relação ao extrativismo animal, é predominante a participação da atividade pesqueira, havendo maior destaque para a pesca do camarão, que se destina tanto ao abastecimento local, quanto ao mercado externo, caso exclusivo do camarão-rosa, através da pesca industrial. Convém se observar, todavia, que a costa do Amapá se constitui também em área de pesca para os barcos camaroeiros oriundo do Pará e até mesmo do Maranhão. Ultimamente, inclusive esta área tem sofrido invasões por parte de barcos estrangeiros, que somados à frota brasileira, vêm depredando os recursos pesqueiros existentes, afetando o rendimento do pescado em geral.

• AGROINDÚSTRIA

Excetuando algumas heroicas iniciativas, quase artesanais, na produção de polpa de frutas; o município de Santana quase não possui o setor de agroindústria, e muito menos uma política para implantação e desenvolvimento deste setor econômico, hoje o mais promissor do Brasil.

C) SETOR SECUNDÁRIO

• EXTRATIVISMO MINERAL

Esta atividade se circunscreve à exploração de argila, retirada do Rio Matapi. Ao ritmo da exploração atual, a estimativa de vida útil da jazida é de 313 anos. Apesar da exploração do manganês ocorrer em outro município, possuía impacto significativo na economia santanense, já que a sua exportação ocorria pelo Porto de Santana. Com o esgotamento das minas de Serra do Navio, é preciso estudos sobre as possibilidades de outras esferas de produção mineral, notadamente do ferro na região do Cupixi.

• **INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO**

Em Santana está concentrada a maior parte dos estabelecimentos industriais do Estado, devido a existência de toda uma infraestrutura de apoio à produção e comercialização, criada com a implantação da ICOMI e, posteriormente, do Distrito Industrial, que se localizou no município para incentivar a implantação de novos empreendimentos industriais, em torno da capital do Estado.

No ano de 2014 estavam implantadas 66 empresas industriais no município. Desse total, mais da metade eram empresas formalmente constituídas, enquanto as demais eram consideradas empresas informais. Na verdade, isto decorre do fato de que este setor tem sua estrutura representada em sua maior parte por empresas residenciais, de pequeno e médio portes, voltadas basicamente para o atendimento do mercado local. De acordo com o IBGE (@cidades) eram 54 as empresas classificadas como micro, pequeno e médio porte, o que representa aproximadamente 83 % do total existente. Dentre estas, a mais representativa é a indústria moveleira.

Os ramos que apresentam maior geração de emprego, na sua maioria desqualificada e semiquantificada, são o oleiro-cerâmico e panificação, ao lado do ramo de extração e de beneficiamento da madeira.

O segmento de transformação industrial possui toda a infraestrutura para se manter dinâmico, porém carece de melhor disponibilidade de energia elétrica para se expandir e de uma política de desenvolvimento voltada para o setor, já que se caracteriza por um baixo nível de especialização decorrente da pouca diversificação e do pequeno porte das empresas locais.

D) SETOR TERCIÁRIO

O setor terciário se mostra relevante no contexto do município, gerando um número significativo de empregos e sendo responsável por grande parte da renda gerada por Santana. Entretanto, os ramos comerciais e de serviços devem se diversificar um pouco mais.

Dos 893 estabelecimentos comerciais existentes em 2014, a quase totalidade se referia ao comércio varejista (96%), registrando-se apenas 23 estabelecimentos atacadistas.

Do total do comércio varejista, 62% se constituem em estabelecimentos informais, sendo o restante formalmente constituídos. Por outro lado, registra-se uma excessiva concentração dos estabelecimentos no gênero alimentício, relativo a venda de enlatados, massas, cereais etc. (62%), sendo este ramo comercial constituído, na sua grande maioria, por micro estabelecimentos (informais). Além, deste tem se destacado os ramos de supermercados, vestuário e calçados, eletrodomésticos e de produtos importados revelando uma lenta desvinculação do setor comercial local ao atendimento da população de baixa renda. O setor de prestação de serviço a despeito de ter se desenvolvido significativamente na primeira década do século XXI, ainda necessita de maior diversificação. O ramo hoteleiro, por exemplo, que se constitui num importante fator infra estrutural para o desenvolvimento do turismo, praticamente inexistente no município, resumindo-se a um número muito reduzido de estabelecimentos e de baixa qualidade, sem classificação oficial.

E) TRABALHO

Como demonstrou-se, a economia do município de Santana situa-se, em regra, sob o mesmo comportamento da realidade estadual, possuindo, inclusive os mesmos fatores condicionantes e a mesma organização incipiente, com desempenho irregular e fortes tendências distorcivas.

Tal como em todo o território amapaense, os empreendimentos econômicos mais significativos existentes no município, tem gerado reduzido número de empregos, quase sem nenhuma vinculação com os demais setores locais, pouco representando como vetores de geração de renda, diversificação e dinamização de atividades produtivas. Na verdade, seus efeitos positivos internalizados limitam-se, quase unicamente, a contribuições tributárias extremamente modestas, se comparadas à dimensão dos problemas sociais e urbanos, decorrentes desses empreendimentos, que se multiplicam exponencialmente na área municipal, especialmente, no espaço da cidade, em decorrência da forte atração que esses empreendimentos exercem sobre a população.

F) MEIO AMBIENTE

A despeito de toda a rigorosa legislação nacional e estadual sobre a proteção do meio-ambiente, não há no município de Santana sob direção da prefeitura sequer um programa, projeto ou ação governamental que aponte para uma redefinição da relação da sociedade com o meio-ambiente, isto revela-se no descuido com nossos recursos hídricos (rios, ressacas, igarapés etc.), com a selva nativa, limpeza urbana entre outros.

3 – SITUAÇÃO SOCIAL

Grande parte da mão-de-obra que transita na área urbana de Santana, sem qualificação, submete-se a serviços quase sempre temporários, mal remunerados, sem a devida proteção trabalhista, obrigando-se às mais variadas estratégias de sobrevivência, nas quais geralmente são envolvidos todos os componentes do grupo familiar, sobretudo crianças e adolescentes.

Apenas para se ter uma ideia, para o PROVAM, em 2010, 35,2% da população de 10 anos e mais, localizada na área-programa do Araguari, não recebia mais de 01 salário mínimo. A despeito do lapso temporal de 6 anos, pode-se perceber pouca mudança no quadro. Embora não existam dados sobre o comportamento da renda no município, basta essa informação para permitir especulações sobre as miseráveis condições de rendimento da força de trabalho, mormente estando em Santana a segunda maior concentração da PEA em todo o Estado.

A) HABITAÇÃO

Pauperizada, parte significativa da população urbana é forçada a ocupar áreas sem mínimas condições de moradia, na medida em que os estreitos espaços onde se localiza a precária infraestrutura urbana, vem sendo, de forma acelerada, pressionados pela especulação imobiliária, deflagrada com a criação da Zona Franca. A gravidade do problema da habitação, sem dados que permitam a sua perfeita caracterização, pode ser sentida pelo grande número de áreas de “invasão” na zona urbana, em sítios inadequados à moradia.

B) SAÚDE

Esta situação é agravada quando se constata a precariedade da rede de esgotos, sendo utilizadas quando existem, fossas sépticas ou negras. Não existe rede de drenagem, sendo a mesma realizada através de valas a céu aberto, ligadas à rede de igarapés que corta a cidade.

A coleta de lixo se faz de forma irregular, sem qualquer tipo de controle sanitário, e o destino final do lixo coletado é o depósito a céu aberto na periferia da cidade. O abastecimento de água é precário, intermitente, com tratamento deficiente, atingindo número limitado de domicílios. Ressalte-se, ainda, o crescente aumento da densidade populacional que se vem verificando ano a ano, especialmente nas áreas mais carentes de infraestrutura e serviços urbanos.

Os efeitos negativos dessas condições se fazem sentir diretamente na população, evidenciados pelos dados encontrados sobre mortalidade e morbidade no IBGE. Do número total de óbitos registrados em 2014, 28% correspondiam a crianças na faixa de menos de 4 anos e, destes, 90% eram menos de 1 ano de idade.

Segundo, ainda o IBGE, em 2014, somente no Hospital Estadual de Santana e na Unidade Mista de Saúde localizada na sede do município foram registrados mais de 11.000 casos. Destes 5.753 resultaram em internações dos quais 32% eram referentes à parasitoses e à infecções respiratórias agudas, refletindo condições precárias de habitabilidade da população. Vale salientar que os dados disponíveis não permitem melhor definição do perfil nosológico do município. Contudo, parece óbvio que o nível de precariedade sanitária possibilita a reprodução das mais variadas morbidades epidêmicas e transmissíveis. Nesse sentido, a situação é mais preocupante quando se constata que, em 2014, aproximadamente 1/4 da população era constituída de crianças com até 9 anos de idade, portanto, mais vulneráveis às enfermidades. Se acrescermos a isso os baixos índices de renda familiar no município, e, provavelmente, como resultante, fortes índices de subnutrição, está caracterizado um quadro extremamente desfavorável, e que poderá resultar em graves consequências, se medidas imediatas não forem tomadas.

Para enfrentar as doenças resultantes do quadro acima descrito, o município de Santana contava, em 2014, com uma rede física de saúde constituída de 02 hospitais, um estadual e outro privado, 19 Unidades de Saúde. Em 2014 a oferta de leitos hospitalares era de 73 unidades. Acrescente-se que toda rede funciona de forma precária, com frequentes carências de materiais, instrumentos e equipamentos ambulatoriais e de apoio diagnóstico.

C) ASSISTÊNCIA, PROMOÇÃO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Neste âmbito não há uma política sistemática e permanente da administração municipal, isto se reflete na absoluta ausência de dados referentes à população de rua, de portadores de necessidades especiais entre outros. O relacionamento com as Associações de Moradores quando existe é no sentido da tentativa de aparelhamento. O município ressenha-se de uma rede de ONGs independentes e atuantes.

4 – SITUAÇÃO EDUCACIONAL

Com relação à educação, Santana dispõe de razoável rede física, constituída em 2015 de 122 estabelecimentos de ensino, sendo 36 pré-escolar, destes 24 são municipais e 12 da rede privada; 68 de ensino fundamental, destes 35 são estaduais, 24 municipais e 09 da rede privada; 18 de ensino médio, sendo 16 estaduais e 2 da rede privada. Em 2015 o corpo docente possuía regular qualificação, uma vez que, dos 1.189 docentes de ensino fundamental, mais de 88% tinham segundo grau completo, destes 62% estavam cursando ensino universitário e 38% com formação no nível de terceiro grau.

No entanto, quase a totalidade do ensino infantil e parte significativa do ensino fundamental é realizado em “Anexos” através do ineficiente, precário e pouco transparente método do “convênio”, assim, apesar da razoável infraestrutura, nos âmbitos pedagógico e de gestão escolar não existe uma política pública clara e transparente, como se a educação se reduzisse a prédios e equipamentos.

5 – SITUAÇÃO CULTURAL

A cultura santanense hoje desenvolve-se sem o menor incentivo da administração pública municipal. Grupos de teatro, de dança, a música, as artes plásticas, manifestações de arte e religiosidade popular movem-se por iniciativa exclusiva de seus praticantes, não há uma política que incentive, coordene, conjugue e permita a socialização das manifestações culturais do povo santanense; unidades físicas onde a cultura poderia ser produzida e fruídas não foram ativadas, como o Teatro Municipal ou foram desativadas como a Casa Brasil e o CAJU. Eventos tradicionais financiados pela Prefeitura como o Aniversário da Cidade, o carnaval e o festival junino que permitiam a catalisação de atividades culturais diversas foram esvaziados.

6 – SITUAÇÃO FINANCEIRA

O município de Santana no ano de 2015 teve de receitas orçamentárias correntes de R\$ 110.312.094,16, sendo que destas aproximadamente 47% (R\$ 51.917.995,53) dizem respeito a transferências do governo federal, 35% (R\$ 38.609.345,90) a transferências estaduais e apenas R\$ 19.784.752,73 referem-se a receitas tributárias. As despesas orçamentárias realizadas por função foram R\$ 115.987.537,60 importando em um *déficit* de R\$ 5.675.443,44 aproximadamente 5% do orçamento municipal. As despesas com custeio de pessoal importam em R\$ 82.362.254,35 ou seja, 75% das despesas realizadas e 69% das receitas orçamentárias realizadas, ultrapassando o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal.

TERCEIRA PARTE – SANTANA QUE TEREMOS

I – UM GOVERNO DA MUDANÇA E DA REALIZAÇÃO DA ESPERANÇA

Um programa de governo tem que ser exequível e proporcionar ao cidadão uma visão clara das possibilidades de se equacionar as demandas com os recursos disponíveis. É importante lembrar que os recursos poderão e deverão ser otimizados para que, com criatividade, se estabeleça o melhor proveito possível.

Mas é bom que se diga que os recursos são limitados e que vai haver um ponto de equilíbrio entre o que se tem para executar versus recursos disponíveis. Há questões que fogem ao poder de solução do município e a prefeita tem que se dispor a buscar soluções alternativas ao mesmo tempo que saber fazer pressão sobre as esferas competentes, estadual ou federal.

Neste sentido, este programa de governo pontuará as ações governamentais propostas identificando a ação, estabelecendo seus objetivos e metas, e, identificando as prováveis fontes de financiamento, de qualquer modo, a despeito de organizarmos as proposta de ações governamentais por esferas públicas e sociais, os elementos que as permeiam e integram são as seis diretrizes estratégicas do nosso futuro governo:

1 – Participação Cidadã e Controle Social;

2 – Gestão Ética e Transparente;

3 – Serviço Público Eficiente e Efetivo;

4 – Desenvolvimento Local Sustentável como fator de geração de trabalho e renda e promoção da igualdade social;

5 – Políticas Sociais, de Afirmação e de Garantia de Direitos;

6 – Direito à cidade.

II – PROPOSTAS, PROGRAMAS E PROJETOS

1 – INFRA-ESTRUTURA URBANA BÁSICA

A) SANEAMENTO

AÇÃO:	Programa de Uso Racional dos Nossos Recursos Hídricos.
OBJETIVO:	Promover a cultura do uso racional e econômico da água, assim como a consciência da sua importância estratégica para o futuro da humanidade.
METAS:	Conscientizar a população da importância estratégica da água para o futuro da humanidade, tendo como indicador a redução dos índices de desperdício.
FINANCIAMENTO:	Ministério das Cidades, Prefeitura e CAESA.
DIRETRIZ:	Direito a Cidade

AÇÃO:	Convênio com a CAESA
OBJETIVO:	Ampliar a oferta de água e saneamento básico para Santana
METAS:	Universalização da oferta de água e esgoto tratado para a população santanense.
FINANCIAMENTO:	BNDES, CEF, Ministério das Cidades, GEA
DIRETRIZ:	Direito a cidade

B) REDE VIÁRIA

AÇÃO:	Programa de Urbanização de Santana.
OBJETIVO:	Embelezamento das vias e logradouros públicos de Santana
METAS:	Construir jardins e passeios públicos nas principais vias e logradouros públicos de Santana
FINANCIAMENTO:	BNDES, CEF, Ministério das Cidades, Fundo Nacional do Meio Ambiente, GEA, Iniciativa Privada, Prefeitura.
DIRETRIZ:	Direito a cidade

AÇÃO:	Programa de Pavimentação e Recapeamento Asfáltico
OBJETIVO:	Melhoria da estética, funcionalidade e segurança das vias públicas de Santana.
METAS:	100 mil m ² de pavimentação e 70 mil m ² de recapeamento
FINANCIAMENTO:	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, Ministério das Cidades, GEA, Emendas Parlamentares, Prefeitura.
DIRETRIZ:	Direito a cidade

AÇÃO:	Programa de Abertura de Estradas Vicinais
OBJETIVO:	Ampliar a comunicação e escoamento da produção da zona rural de Santana.
METAS:	25 km de novas estradas vicinais
FINANCIAMENTO:	Banco da Terra, Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, GEA, Prefeitura.
DIRETRIZ:	Direito a cidade

C) TRANSPORTE COLETIVO

AÇÃO:	Criação do Conselho de Transporte
OBJETIVO:	Democratizar a concessão pública do transporte coletivo de Santana
METAS:	Controle social e melhoria da qualidade do transporte coletivo de Santana
FINANCIAMENTO:	Prefeitura
DIRETRIZ:	Participação Cidadã e Controle Social

AÇÃO:	Programa Transporte e Qualidade de Vida
OBJETIVO:	Oferecimento de serviço de transporte coletivo eficiente e de qualidade.
METAS:	Renovação da frota, do tempo de espera, dos pontos de acesso, do conforto e da qualidade dos serviços de transporte coletivo.
FINANCIAMENTO:	Prefeitura, Concessionários.
DIRETRIZ:	Políticas Sociais, Afirmação e Garantia de Direitos.

AÇÃO:	Regulamento Municipal do Transporte Coletivo
OBJETIVO:	Estabelecer um marco regulatório claro e objetivo quanto a direitos, deveres e punibilidades do poder público, dos concessionários e dos usuários do transporte coletivo.
METAS:	Por em vigor no primeiro ano do mandato a lei que regulamenta o transporte coletivo em Santana.
FINANCIAMENTO:	Prefeitura
DIRETRIZ:	Políticas Sociais, de Afirmação e Garantia de Direitos.

2 – BASE ECONÔMICA

A) INFRA-ESTRUTURA

• ENERGIA

AÇÃO:	Parceria CEA e Eletronorte
OBJETIVO:	Ampliação da cobertura e da quantidade e Qualidade de fornecimento de energia elétrica para o município de Santana
METAS:	Universalização da Cobertura e Qualificação da Energia Fornecida
FINANCIAMENTO:	PRODEEM, Programa Luz para Todos.
DIRETRIZ:	Direito a cidade

• **TRANSPORTE DE PRODUÇÃO**

AÇÃO:	Atualização do Plano Diretor do Porto de Santana
OBJETIVO:	Propiciar a ampliação e desenvolvimento sustentável do porto de Santana
METAS:	Atualizar o Plano Diretor do Porto de Santana até o final do quarto semestre do mandato
FINANCIAMENTO:	BNDES, Ministérios dos Transportes, Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e Fundo de Investimento da Amazônia, FNO.
DIRETRIZ:	Desenvolvimento Local Sustentável

AÇÃO:	Programa de Integração e Desenvolvimento da Malha hidro-rodo-ferroviária de Santana.
OBJETIVO:	Integrar e desenvolver de modo eficiente a área portuária, industrial e comercial de Santana aos eixos principais de escoamento e aos principais centros de produção e consumo do Amapá.
METAS:	Revitalizar e ampliar o uso da ferrovia Santana/Serra do Navio, organizar e desenvolver o transporte fluvial, ampliar e conservar a malha rodoviária de Santana.
FINANCIAMENTO:	BNDES, Ministérios dos Transportes, Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e Fundo de Investimento da Amazônia, FNO.
DIRETRIZ:	Desenvolvimento Local Sustentável

AÇÃO:	Programa de Desenvolvimento do Potencial Portuário.
OBJETIVO:	Desenvolvimento da estruturação, aparelhamento, e adequação do Porto de Santana, permitindo sua múltipla exploração e dinamização da circulação de cargas e passageiros.
METAS:	Ampliação da estrutura física e funcional do Porto de Santana.
FINANCIAMENTO:	BNDES, Ministérios dos Transportes, Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e Fundo de Investimento da Amazônia, FNO.
DIRETRIZ:	Desenvolvimento Local Sustentável

B) SETOR PRIMÁRIO

AÇÃO:	Plano de Desenvolvimento Agropecuário.
OBJETIVO:	Estabelecerá as diretrizes tanto no que se refere a produção de alimentos para o mercado interno/externo como à produção de matérias-primas visando o desenvolvimento da atividade agroindustrial no município, aproveitando racionalmente as áreas agrícolas potenciais existentes, gerando emprego e renda na área rural.
METAS:	Oferecer parâmetros e diretrizes para o desenvolvimento agropecuário do município de Santana.
FINANCIAMENTO:	Prefeitura, GEA
DIRETRIZ:	Desenvolvimento Local Sustentável

• **AGRICULTURA E PECUÁRIA**

AÇÃO:	Programa de Crédito ao Pequeno Produtor
OBJETIVO:	Dinamizar e desenvolver com sustentabilidade a pequena produção agropecuária do município de Santana.
METAS:	Beneficiar até o final do mandato mil produtores com créditos e assistência técnica.
FINANCIAMENTO:	Banco da Terra, FNO, FDA, SUDAM, GEA, Prefeitura.
DIRETRIZ:	Desenvolvimento Local Sustentável

AÇÃO:	Programa de Incentivo ao Cooperativismo
OBJETIVO:	Incentivar o cooperativismo entre os pequenos produtores rurais.
METAS:	Criação de 20 cooperativas rurais
FINANCIAMENTO:	Prefeitura
DIRETRIZ:	Desenvolvimento Local Sustentável

AÇÃO:	Revitalização da Feira do Agricultor
OBJETIVO:	Ampliar a comercialização direta da produção do pequeno produtor rural.
METAS:	Ampliar a oferta de produtos agrários a preços abaixo do mercado e com maior margem de lucro para o produtor rural.
FINANCIAMENTO:	Banco da Terra, FNO, FDA, Prefeitura.
DIRETRIZ:	Desenvolvimento Local Sustentável

AÇÃO:	Programa de Assistência Técnica Permanente ao Trabalhador Rural
OBJETIVO:	Melhorar e desenvolver com sustentabilidade e competitividade a produção agrária do município de Santana.
METAS:	Montar três equipes de técnicos rurais para assessorar o pequeno produtor rural.
FINANCIAMENTO:	Prefeitura
DIRETRIZ:	Desenvolvimento Local Sustentável

• **EXTRATIVISMO VEGETAL E ANIMAL**

AÇÃO:	Programa de incentivo a atividade pesqueira: Viabilização do Terminal Pesqueiro
OBJETIVO:	Desenvolver a economia pesqueira do município
METAS:	Modernizar a produção e comercialização do pescado
FINANCIAMENTO:	Prefeitura, Ministério da Pesca e Agricultura
DIRETRIZ:	Desenvolvimento Local Sustentável

AÇÃO:	Programa de incentivo a produção e comercialização do açaí
OBJETIVO:	Modernizar e oferecer eficiência mercadológica à produção de açaí
METAS:	Modernizar a produção e comercialização do açaí. Construir uma infraestrutura de desembarque, abastecimento e armazenamento (frigorífico). Apoio aos produtores na entressafra. Apoio ao transporte fluvial. Criar uma linha de financiamento para os produtores e batedores.
FINANCIAMENTO:	Prefeitura, Ministério da Pesca e Agricultura.
DIRETRIZ:	Desenvolvimento Local Sustentável

• AGRO-INDÚSTRIA

AÇÃO:	Programa de Desenvolvimento da Agroindústria Familiar
OBJETIVO:	Desenvolver a agroindústria no município de Santana.
METAS:	Desenvolver e ampliar as unidades de produção agroindustriais no município
FINANCIAMENTO:	Banco da Terra, FNO, FDA, Prefeitura.
DIRETRIZ:	Desenvolvimento Local Sustentável

C) SETOR SECUNDÁRIO

AÇÃO:	Plano de Desenvolvimento Industrial de Santana
OBJETIVO:	Promover condições propícias à instalação de empreendimentos industriais, integrados ao processo de desenvolvimento estadual, com prioridade para indústrias não poluentes, de tecnologia competitiva, com significativo valor agregado de transformação, visando a verticalização da produção estadual e a consolidação de Santana como polo de atividades secundárias.
METAS:	Estabelecer até a final do primeiro ano do mandato os parâmetros e diretrizes para o desenvolvimento industrial do município de Santana.
FINANCIAMENTO:	Prefeitura
DIRETRIZ:	Desenvolvimento Local Sustentável

• INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

AÇÃO:	Programa de Desenvolvimento do Distrito Industrial de Santana
OBJETIVO:	Incentivar a implantação de empreendimentos industriais sustentáveis no Distrito Industrial de Santana.
METAS:	Aumentar o número de Unidades Produtivas Industriais no município.
FINANCIAMENTO:	FNO, FDA, Programa de geração de Emprego e Renda-PROGER, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
DIRETRIZ:	Desenvolvimento Local Sustentável

AÇÃO:	Programa de fomento a Pequenas Unidades de Produção Industrial
OBJETIVO:	Criar condições para que pequenas unidades industriais possam de forma articulada atender a demanda pública e privada de alimentos para a merenda escolar, móveis escolares, fardamentos, rouparias para unidades de saúde, tijolos para unidades habitacionais, artefatos cerâmicos ou de cimento para calçamentos e revestimentos e outros.
METAS:	Ampliar e desenvolver a pequena indústria santanense.
FINANCIAMENTO:	Prefeitura, Sistema S, GEA
DIRETRIZ:	Desenvolvimento Local Sustentável

AÇÃO:	Programa de Desenvolvimento do Setor Moveleiro
OBJETIVO:	Desenvolver sustentavelmente a produção industrial moveleira no município de Santana
METAS:	Financiar a instalação de uma moderna Empresa de Montagem de Móveis. Apoiar a organização cooperativista dos moveleiros. Criar um Centro de Produção Comunitária de Móveis.
FINANCIAMENTO:	FNO, FDA, Programa de geração de Emprego e Renda-PROGER, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
DIRETRIZ:	Desenvolvimento Local Sustentável

AÇÃO:	Criação do Mercado Popular (antiga prefeitura)
OBJETIVO:	Ampliar a comercialização direta da produção do pequeno produtor artesanal.
METAS:	Ampliar a oferta de produtos artesanais a preços abaixo do mercado e com maior margem de lucro para o produtor.
FINANCIAMENTO:	Banco da Terra, FNO, FDA, Prefeitura.
DIRETRIZ:	Desenvolvimento Local Sustentável

D) SETOR TERCIÁRIO

AÇÃO:	Projeto Empreendedor Popular
OBJETIVO:	Desenvolver sustentavelmente o empreendedorismo popular.
METAS:	Aumentar os postos de trabalho e de renda da população santanense
FINANCIAMENTO:	FNO, FDA, PROGER, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
DIRETRIZ:	Desenvolvimento Local Sustentável

AÇÃO:	Programa de Desenvolvimento da Zona Franca Verde de Santana
OBJETIVO:	Consolidar e desenvolver a Zona Franca Verde de Santana.
METAS:	Ampliar o volume do comércio de Santana
FINANCIAMENTO:	SUFRAMA, FNO, FDA, PROGER, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
DIRETRIZ:	Desenvolvimento Local Sustentável

E) GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

AÇÃO:	Criação do Banco do Povo
OBJETIVO:	Oferecer ao pequeno empreendedor e ao empreendedor individual crédito a juros acessíveis.
METAS:	Disponibilizar um por cento da receita tributária mensal do orçamento municipal para esta oferta de crédito.
FINANCIAMENTO:	Prefeitura
DIRETRIZ:	Desenvolvimento Local Sustentável

AÇÃO:	Consórcios municipais – Zona Metropolitana
OBJETIVO:	Estabelecer parcerias com municípios limítrofes para implantação de projetos de interesse comum.
METAS:	Concretização de projetos consorciados em todas as áreas da ação pública estatal.
FINANCIAMENTO:	Prefeituras consorciadas
DIRETRIZ:	Desenvolvimento Local Sustentável e Direito a cidade

AÇÃO:	Fundo de Solidariedade ao Empreendimento Juvenil
OBJETIVO:	Oferecer ao jovem empreendedor crédito para desenvolver suas potencialidades produtivas.
METAS:	Implementar o projeto no início do segundo ano do mandato.
FINANCIAMENTO:	Poupança Escola, PROGER, Programa Economia Solidária em Desenvolvimento.
DIRETRIZ:	Políticas Sociais, Afirmação e Garantias de Direitos

AÇÃO:	Programa Mais e Melhores Empregos
OBJETIVO:	Criar um cadastro e banco de dados e gerenciamento de oportunidades de emprego, profissionalização e capacitação nos âmbitos público e privado do município de Santana.
METAS:	Universalizar o atendimento da população desocupada do município.
FINANCIAMENTO:	Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, PROGER, Programa Nacional de Qualificação-PNQ.
DIRETRIZ:	Desenvolvimento Local Sustentável

AÇÃO:	Criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santana.
OBJETIVO:	Democratizar a formulação da política de desenvolvimento econômico e social sustentável do município de Santana.
METAS:	Criar o conselho até o final do primeiro semestre do mandato.
FINANCIAMENTO:	Prefeitura.
DIRETRIZ:	Participação Cidadã e Controle Social e Desenvolvimento Local Sustentável

AÇÃO:	Programa de Parceria Público/Privada do Município de Santana
OBJETIVO:	Dinamizar a economia local
METAS:	Estabelecer até o final do primeiro ano do mandato as disposições do programa.
FINANCIAMENTO:	Prefeitura
DIRETRIZ:	Desenvolvimento Local Sustentável

AÇÃO:	Projeto "Reviver Santana"
OBJETIVO:	Dinamizar a economia local e geração de emprego
METAS:	Organização cooperativa de trabalhadores da construção civil. Manutenção urbana de Santana. Geração de 600 empregos diretos.
FINANCIAMENTO:	Prefeitura, SUFRAMA, FNO, FDA, PROGER, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
DIRETRIZ:	Desenvolvimento Local Sustentável

F) MEIO-AMBIENTE

AÇÃO:	Zoneamento Econômico Ecológico Sustentável
OBJETIVO:	Estabelecer o mapeamento ecológico e das vocações e potencialidades econômicas sustentáveis do município de Santana.
METAS:	Realizar o ZEES até o final do segundo ano do mandato.
FINANCIAMENTO:	Ministério da Integração Nacional, Fundo Nacional do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
DIRETRIZ:	Políticas Sociais, Afirmação e Garantias de Direitos e Desenvolvimento Local Sustentável

AÇÃO:	Coleta Seletiva de Lixo
OBJETIVO:	Preservação e desenvolvimento da qualidade ambiental do município de Santana.
METAS:	Universalizar a coleta seletiva de lixo
FINANCIAMENTO:	Fundo Nacional do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, FDA, Prefeitura.
DIRETRIZ:	Direito à cidade

AÇÃO:	Modernização no Tratamento do lixo
OBJETIVO:	Tratamento e reutilização produtiva e energética do lixo recolhido pela prefeitura.
METAS:	Preservação ambiental e retorno econômico na forma de receita do lixo recolhido no município.
FINANCIAMENTO:	Fundo Nacional do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, FDA, Prefeitura.
DIRETRIZ:	Desenvolvimento Local Sustentável

AÇÃO:	Educação Ambiental
OBJETIVO:	Conscientizar a população da necessidade de preservação do meio-ambiente como condição fundamental do desenvolvimento humano sustentável.
METAS:	Estabelecer até o final do primeiro ano do mandato o programa de ações educacionais a serem efetivadas na educação formal e informal.
FINANCIAMENTO:	Fundo de Desenvolvimento da Educação, Fundo Nacional do Meio Ambiente.
DIRETRIZ:	Políticas Sociais, Afirmação e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Revitalização do Conselho Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente
OBJETIVO:	Democratização da formulação das políticas ambientais e ecológicas do município de Santana.
METAS:	Reativar o conselho até o final do primeiro semestre do mandato.
FINANCIAMENTO:	Prefeitura
DIRETRIZ:	Participação Cidadã e Controle Social

3 – SOCIAL

A) HABITAÇÃO

AÇÃO:	Mutirão Solidário.
OBJETIVO:	Agilizar e ampliar a construção de moradias populares de qualidade.
METAS:	Construir até o final do mandato 500 moradias populares em regime de mutirão
FINANCIAMENTO:	FGTS, CEF, BB, Programa de Arrendamento Residencial-PAR.
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos

AÇÃO:	Acessar o Programa Federal Minha Casa, Minha Vida
OBJETIVO:	Agilizar e ampliar a construção de moradias populares de qualidade.
METAS:	Construir até o final do mandato mil moradias populares em parceria com a União
FINANCIAMENTO:	FGTS, CEF, BB, Programa de Arrendamento Residencial-PAR.
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e de Garantia de Direitos

B) SAÚDE

AÇÃO:	Programa Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde
OBJETIVO:	Ampliar a ação pública no sentido de diagnosticar, prevenir e remediar problemas de saúde em todo o município de Santana.
METAS:	Diminuir os índices de morbidade e mortalidade da população santanense.
FINANCIAMENTO:	Fundo Nacional de Saúde, SUS, Programa de Atenção Integral à Família-PAIF.
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Programa Saúde Para Todos
OBJETIVO:	Criação de equipes de referência nas Unidades Básicas de Saúde, formada por um médico, um enfermeiro e dois auxiliares de enfermagem, divididas em áreas de atuação: saúde do adulto, saúde da criança, saúde da mulher etc.
METAS:	Humanizar e dar eficiência ao tratamento médico da população.
FINANCIAMENTO:	Fundo Nacional de Saúde
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Revitalização e ampliação da rede de saúde
OBJETIVO:	Melhorar e ampliar a rede física da saúde municipal
METAS:	Tornar ativas as 19 Unidades de Saúde sob a responsabilidade municipal
FINANCIAMENTO:	Fundo Nacional de Saúde, Prefeitura, Emendas Parlamentares
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Programa de qualificação da gestão da saúde municipal
OBJETIVO:	Modernizar e Qualificar os servidores da saúde
METAS:	Humanizar e dar eficiência ao tratamento médico da população.
FINANCIAMENTO:	Fundo Nacional de Saúde
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Humanização do atendimento em saúde
OBJETIVO:	Atendimento Humanizado que respeite a dignidade do usuário
METAS:	Humanizar e dar eficiência ao tratamento médico da população.
FINANCIAMENTO:	Fundo Nacional de Saúde
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Revitalização do Programa Saúde da Família
OBJETIVO:	Qualificar o atendimento médico em domicílio
METAS:	Humanizar e dar eficiência ao tratamento médico da população.
FINANCIAMENTO:	Fundo Nacional de Saúde
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Revitalização do programa de saúde bucal municipal
OBJETIVO:	Redução das patologias dentárias no município
METAS:	Humanizar e dar eficiência ao tratamento odontológico da população.
FINANCIAMENTO:	Fundo Nacional de Saúde
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Programa de melhoria do acesso e da qualidade dos serviços na Atenção Básica
OBJETIVO:	Otimizar o acesso ao atendimento nos serviços da atenção básica
METAS:	Humanizar e dar eficiência ao tratamento médico da população.
FINANCIAMENTO:	Fundo Nacional de Saúde
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Programa de ampliação do acesso a saúde das populações ribeirinhas
OBJETIVO:	Criar uma Unidade Básica Fluvial com equipes e suprimentos
METAS:	Humanizar e dar eficiência ao tratamento médico da população.
FINANCIAMENTO:	Fundo Nacional de Saúde
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Ampliação das Academias de Saúde
OBJETIVO:	Propiciar recurso humanos e materiais para o pleno funcionamento das Academias de Saúde
METAS:	Humanizar e dar eficiência ao tratamento médico da população.
FINANCIAMENTO:	Fundo Nacional de Saúde
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

C) ASSISTÊNCIA, PROMOÇÃO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

AÇÃO:	Programa de Valorização das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais
OBJETIVO:	Estabelecer uma política de atenção às pessoas portadoras de necessidades especiais.
METAS:	Criar o Centro de Referência das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais.
FINANCIAMENTO:	Fundo Nacional de Assistência Social, Fundo de Defesa dos Direitos Difusos
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Programa Municipal de Erradicação do Trabalho infantil
OBJETIVO:	Erradicar o trabalho infantil em Santana
METAS:	Erradicar em quatro anos do mandato o trabalho infantil em Santana
FINANCIAMENTO:	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, Prefeitura.
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Revitalizar o CAJU
OBJETIVO:	Oferecer espaços e oportunidades de desenvolvimento das potencialidades produtivas e criadoras da juventude.
METAS:	Atender em atividades promovidas pelo CAJU mil jovens por ano
FINANCIAMENTO:	Fundo Nacional de Assistência Social, Prefeitura
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Programa de Valorização da Terceira Idade
OBJETIVO:	Estabelecer uma política de atenção da Terceira Idade
METAS:	Estabelecer até o final do primeiro semestre do mandato o conjunto de ações a serem empreendidas para a consecução do atendimento da demanda de direitos da terceira idade.
FINANCIAMENTO:	Prefeitura e Fundo Nacional de Assistência Social
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

D) SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL

AÇÃO:	Criação do Conselho Municipal de Defesa Social e Segurança Pública
OBJETIVO:	Fiscalizar e propor políticas de defesa social e de segurança pública no município de Santana.
METAS:	Criar o conselho até o final do primeiro semestre do mandato.
FINANCIAMENTO:	Prefeitura e Fundo Nacional de Defesa dos Direitos Difusos.
DIRETRIZ:	Participação Cidadã e Controle Social

AÇÃO:	Criação do Conselho Municipal de Drogas e Entorpecentes
OBJETIVO:	Democratizar a formulação de políticas de combate ao consumo e ao tráfico ilegal de drogas e entorpecentes no município de Santana.
METAS:	Criar o conselho até o final do primeiro semestre do mandato.
FINANCIAMENTO:	Fundo Nacional dos Direitos Difusos, Prefeitura.
DIRETRIZ:	Participação cidadã e controle social.

AÇÃO:	Programa Municipal de Direitos Humanos
OBJETIVO:	Estabelecer de forma democrática um conjunto de políticas de defesa e desenvolvimento dos direitos humanos no município de Santana.
METAS:	Formular o programa até o final do primeiro ano do mandato.
FINANCIAMENTO:	Prefeitura
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Criação da Guarda Municipal
OBJETIVO:	Propiciar ao município uma parcela de responsabilidade pela segurança do patrimônio e das pessoas do município de Santana.
METAS:	Estruturar a Guarda Municipal até a final do terceiro ano do mandato.
FINANCIAMENTO:	Prefeitura
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

4 – EDUCAÇÃO

AÇÃO:	Programa do Uniforme e Material Escolar
OBJETIVO:	Incentivar a permanência dos alunos do ensino fundamental na educação escolar
METAS:	Destinar um por cento da receita tributária do município para o fornecimento de uniforme e material escolar para os alunos da rede municipal.
FINANCIAMENTO:	Prefeitura
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Programa Poupança Escola
OBJETIVO:	Propiciar ao aluno carente do ensino fundamental e sua família uma renda a ser utilizada ao término desta fase de estudo.
METAS:	Destinar um por cento da receita tributária do município para atendimento deste programa.
FINANCIAMENTO:	Prefeitura
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Programa Movimento de Alfabetização
OBJETIVO:	Alfabetização da população de Santana.
METAS:	Alfabetizar 99% da população de Santana até o final do mandato.
FINANCIAMENTO:	FNDE, FUNDEF, Prefeitura
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Programa Democratizando a Gestão Educacional
OBJETIVO:	Criação de mecanismos democráticos de decisão com a participação da comunidade escolar na gestão da escola e a observância dos princípios e finalidades da educação
METAS:	Implantar e Revitalizar os Conselhos Escolares
FINANCIAMENTO:	FNDE, FUNDEF, Prefeitura
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Programa de Qualificação Docente
OBJETIVO:	Oportunizar ao docente da rede municipal a possibilidade de realizar cursos de pós-graduação <i>strictu sensu</i>
METAS:	Regulamentar a licença para qualificação
FINANCIAMENTO:	FNDE, FUNDEF, Prefeitura
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

5 – CULTURA

AÇÃO:	Projeto Fazendo Arte na Escola
OBJETIVO:	Incentivar a fruição e a criação artística no meio estudantil do município.
METAS:	Montar as equipes de monitores e a infraestrutura até o final do primeiro ano do mandato e no segundo ano levar as ações para toda a rede escolar do município.
FINANCIAMENTO:	Ministério da Cultura, Prefeitura
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Projeto Cinema na Comunidade
OBJETIVO:	Permitir o acesso a esta manifestação artística pelas comunidades excluídas de sua fruição.
METAS:	Criar a infraestrutura do Projeto até o final do primeiro ano de mandato e pô-lo em execução no início do segundo mandato.
FINANCIAMENTO:	Ministério da Cultura, Prefeitura.
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Santana Bonita
OBJETIVO:	Criar e revitalizar espaços para a fruição artística e de manifestações da cultura popular
METAS:	Realizar até o fim do terceiro semestre do mandato obras de adaptação e estabelecer catálogo e cronograma de eventos culturais a serem levados a cabo nos mais diversos espaços públicos de Santana, preferencialmente ao periféricos e excluídos destas atividades.
FINANCIAMENTO:	Ministério da Cultura, Prefeitura,
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Leitura Mambembe
OBJETIVO:	Incentivar e ampliar o gosto pela leitura da população santanense.
METAS:	Criar até o final do segundo ano do mandato duas bibliotecas ambulantes com equipes de leitura.
FINANCIAMENTO:	Ministério da Cultura, Prefeitura.
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Programa esporte é do povo.
OBJETIVO:	Desenvolvimento da cultura da prática desportiva na população santanense.
METAS:	Criar até o final do primeiro semestre do mandato infraestrutura de apoio e estabelecer um conjunto de ações para concretização do programa.
FINANCIAMENTO:	Ministério dos Esportes, Prefeitura
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Projeto Ciência na Escola
OBJETIVO:	Incentivar o estudo e a prática científica nas escolas municipais
METAS:	Realizar a partir do segundo ano do mandato um conjunto de ações pedagógicas e de práticas científicas em todas as escolas municipais.
FINANCIAMENTO:	Fundo de Ciência e Tecnologia da Amazônia, FNDE, Prefeitura.
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Programa de Rádio Louco Por Ciência
OBJETIVO:	Divulgar e incentivar a cultura científica.
METAS:	Comprar espaço radiofônico para realização do programa.
FINANCIAMENTO:	Fundo de Ciência e Tecnologia da Amazônia, Prefeitura.
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Programa de Apoio ao Ensino Universitário no Município de Santana
OBJETIVO:	Apoiar a população universitária do município.
METAS:	Realizar um censo universitário no município. Apoiar o transporte intermunicipal estudantil universitário. Estruturar um cursinho pré-vestibular popular. Oferecer bolsa de estudo, pesquisa e estágio. Montar banco de dados com projetos de pesquisa e trabalhos acadêmicos. Estabelecer parcerias prefeitura e acadêmicos para desenvolver projetos de pesquisa e extensão. Criar o arquivo público municipal. Implementar oficinas de cultura, esporte e lazer.
FINANCIAMENTO:	Prefeitura, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Fundo Nacional de Assistência Social.
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Revitalizar o Festival Junino
OBJETIVO:	Aproveitar as festas juninas para democratizar o acesso a fruição artística e as manifestações da cultura popular
METAS:	Realizar quatro festivais
FINANCIAMENTO:	Prefeitura, GEA
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Revitalizar o Aniversário da Cidade
OBJETIVO:	Aproveitar o aniversário da cidade para democratizar o acesso a fruição artística e as manifestações da cultura popular
METAS:	Realizar quatro aniversários da cidade
FINANCIAMENTO:	Prefeitura, GEA
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Projeto Carnaval do Povo
OBJETIVO:	Aproveitar o período carnavalesco para democratizar o acesso a fruição artística e as manifestações da cultura popular
METAS:	Realizar quatro carnavais populares
FINANCIAMENTO:	Prefeitura, GEA
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Efetivar o Teatro Municipal
OBJETIVO:	Oferecer um espaço qualificado para manifestações artísticas e culturais
METAS:	Finalizar a construção e equipagem do Teatro Municipal de Santana
FINANCIAMENTO:	Prefeitura, GEA, Emendas Parlamentares
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

AÇÃO:	Revitalização da Casa Brasil
OBJETIVO:	Oferecer um espaço qualificado para produção e manifestações artísticas e culturais
METAS:	Reformar e reequipar a Casa Brasil
FINANCIAMENTO:	Prefeitura, GEA, Emendas Parlamentares
DIRETRIZ:	Políticas Sociais e Garantia de Direitos

6 – GESTÃO PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO

AÇÃO:	Orçamento Participativo
OBJETIVO:	Democratizar o planejamento e a execução orçamentária do município.
METAS:	Disponibilizar metade do orçamento relativo a investimento para decisão do povo santanense.
FINANCIAMENTO:	Orçamento municipal.
DIRETRIZ:	Participação cidadã e controle social

AÇÃO:	Atualização participativa do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
OBJETIVO:	Atualizar os parâmetros, diretrizes e estratégias de formulação e execução de políticas públicas em perspectiva de longa duração.
METAS:	Atualizar o Plano até o final do quinto semestre do mandato
FINANCIAMENTO:	Ministério das Cidades, Prefeitura.
DIRETRIZ:	Participação Cidadã e Controle Social e Direito à Cidade

AÇÃO:	Programa de Modernização administrativa
OBJETIVO:	Implantar um novo modelo de gestão do município.
METAS:	Estabelecer novo desenho das funções, da organização e da estrutura institucional da prefeitura adequados aos objetivos e metas de um governo democrático e popular.
FINANCIAMENTO:	Prefeitura
DIRETRIZ:	Gestão Ética e Transparente e Serviço Público Eficiente e Efetivo

AÇÃO:	Programa Justiça fiscal a serviço da cidadania
OBJETIVO:	Sanear e desenvolver as contas públicas municipais.
METAS:	Zerar o déficit público e aumentar a arrecadação tributária
FINANCIAMENTO:	Prefeitura e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
DIRETRIZ:	Gestão Ética e Transparente e Serviço Público Eficiente e Efetivo

AÇÃO:	Projeto Governo Transparente.
OBJETIVO:	Controle social das contas públicas.
METAS:	Criar e operacionalizar até o final do primeiro ano de mandato os meios de divulgação e acesso da população às receitas e despesas efetuadas pela Prefeitura.
FINANCIAMENTO:	Prefeitura, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
DIRETRIZ:	Gestão Ética e Transparente e Serviço Público Eficiente e Efetivo

AÇÃO:	Programa de Capacitação Permanente do Servidor Municipal
OBJETIVO:	Instrumentalizar e capacitar o servidor público municipal para ser agente da prestação de um serviço público moderno, atencioso, ágil e eficiente.
METAS:	Criar a Escola de Formação do Servidor Municipal até o final do primeiro ano de mandato.
FINANCIAMENTO:	FAT, PNQ, Prefeitura.
DIRETRIZ:	Gestão Ética e Transparente e Serviço Público Eficiente e Efetivo

AÇÃO:	Programa Governo Eletrônico
OBJETIVO:	Informatizar todo o governo municipal e disponibilizar o máximo de informações possíveis na internet.
METAS:	Informatizar todas as unidades administrativas municipais até o final do mandato.
FINANCIAMENTO:	Emenda parlamentar, BNDES, FDA, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Prefeitura.
DIRETRIZ:	Gestão Ética e Transparente e Serviço Público Eficiente e Efetivo

AÇÃO:	Criação da Ouvidoria Independente
OBJETIVO:	Criar uma instituição autônoma e avançada de controle social da execução política governamental.
METAS:	Criar e estruturar a Ouvidoria até o final do segundo ano do mandato.
FINANCIAMENTO:	Prefeitura
DIRETRIZ:	Gestão Ética e Transparente e Serviço Público Eficiente e Efetivo

AÇÃO:	Recriação da Fábrica de Projetos
OBJETIVO:	Captar recursos extra orçamentários para o financiamento de investimentos em infraestrutura e políticas públicas
METAS:	Montar uma equipe inter e transdisciplinar de técnicos especialistas na elaboração, acompanhamento e prestação de contas de projetos de captação de recursos públicos para investimentos em infraestrutura e políticas públicas
FINANCIAMENTO:	Prefeitura
DIRETRIZ:	Serviço Público Eficiente e Efetivo

CONCLUSÃO

Este Programa de Governo busca construir uma nova utopia da cidade. Os melhores governos democráticos e populares são os que obtêm sucesso na elevação da autoestima da população e na promoção de uma autoimagem positiva da cidade, inclusive em nível internacional.

Prefeituras que concorrem a premiações de excelência por seus programas e serviços e divulgam indicadores incontestáveis de sua evolução estão consolidando seus resultados perante a população. Ao mesmo tempo, é preciso priorizar modelos de gestão que tenham claro como visibilizar seus resultados, sobretudo, considerando que a ação deve ser capaz de gerar seus indicadores. Além de significar um importante instrumento de planejamento e avaliação dos resultados, representa a produção de dados objetivos para a divulgação à população, de modo a reforçar a imagem do governo.

A maioria das experiências de governo do PC do B, REDE, PSB e PMN têm se notabilizado por empreender grandes modificações do ponto de vista urbanístico. Além de significar melhoria na qualidade global da vida das cidades e especialmente das áreas mais carentes, representam avanços claros na garantia do que temos chamado de ***direito à cidade***. É preciso inverter a tradicional dicotomia centro-periferia assumindo, por outro lado, que investimentos de revitalização do centro da cidade em espaços e equipamentos públicos são parte integrante e essencial do direito de todos à cidade. Praças, teatros, áreas de diversão, esportes e lazer devem ser alvo de nossa preocupação prioritária, até porque tais espaços têm sido esvaziados e deteriorados em favor de espaços privados.

No entanto nossas propostas mais do que uma rígida plataforma de ações, são uma espécie de “obra aberta”, um norte para discussão e incorporação pela sociedade e pelo próprio governo de novas ideias e ações, respeitando nossos princípios e valores; neste sentido, pretendem ser capazes de desenhar uma visão futura da cidade. Um sonho de olhos abertos. Somos construtores de uma nova utopia da cidade.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Joaquim Castro. **Direito da cidade.** Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

ANDRADE, Durval Ângelo. **Vencer na cidade e construir um país: recomendações para as eleições 2004.** Belo Horizonte: O Lutador, 2003.

BARRETO, Luiz / MAGALHÃES, Inês e TREVAS, Vicente. **Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

COMPANHIA DAS DOCAS DE SANTANA. **Anuário estatístico de 2003.**

COMPANHIA DAS DOCAS DE SANTANA. **Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado de Macapá,** 2012.

DANIEL, Celso. *at alii.* **Poder local e socialismo.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

ESTATUTO DA CIDADE. Lei 10.257 (10/07/2001). Câmara dos Deputados, 2012.

ESTATUTO DA CIDADE: **guia para implementação pelos municípios e cidadãos.** Brasília: Câmara dos Deputados/CAIXA/Polis, 2002.

INSTITUTO PÓLIS. **125 dicas: idéias para ação municipal.** São Paulo: Polis, s/d.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano diretor participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos.** Maio/junho de 2004.

PINHO, J. B. **O poder das marcas.** São Paulo: Summus, 1996.

SUDAM/FADESP. **Plano diretor de desenvolvimento urbano.** Vol 1 e 2. Convênio nº 037/92-SUDAM, Julho de 1993.

FONTES ESTATÍSTICAS E DE DADOS

Banco Central do Brasil, Registros Administrativos 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Site: @cidades

Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP -, Censo Educacional 2015.

Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 2012.

Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS 2015.

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Tesouro do Amapá.

Secretaria de Estado dos Transportes do Amapá.

Tribunal Superior Eleitoral, Registros Administrativos 2015.

FONTES DE FINANCIAMENTO EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

FONTES INTERNACIONAIS

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento **<http://www.undp.org>**

Distribui fundos aos países em desenvolvimento, ajudando os países em programa de cooperação mútua. No Brasil, implementa programas no âmbito do Acordo Básico em Assistência Técnica entre o Governo Brasileiro e as Nações Unidas. Apóia projetos nas seguintes áreas: saúde (HIV/AIDS), políticas ambientais, energia, informações e comunicações tecnológicas, políticas de redução de pobreza, gestão democrática.

BIRD - Banco Mundial **<http://www.worldbank.org>**

Principal organismo multilateral internacional de financiamento do desenvolvimento social e econômico. Além de financiar projetos, oferece sua grande experiência internacional em diversas áreas de desenvolvimento, assessorando o mutuário em todas as fases dos projetos, desde a identificação e planificação, passando pela implementação, até a avaliação final. A atuação no Brasil é regida pela Estratégia de Assistência ao País, que inclui assistência em cinco áreas: redução direcionada da pobreza, ajuste fiscal sustentável, retomada do crescimento, crescente efetividade do desenvolvimento e melhor administração dos ativos ambientais.

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento **<http://www.iadb.org>**

Principal fonte de financiamento multilateral para projetos de desenvolvimento econômico, social e institucional na América Latina e no Caribe. Provê empréstimos e assistência técnica utilizando capital fornecido por seus países membros, bem como recursos obtidos nos mercados mundiais de capital mediante emissão de obrigações.

PNUMA - Programa da Nações Unidas para o Meio Ambiente **<http://www.unep.org>**

Presta serviços ao meio ambiente, particularmente na difusão das preocupações ambientais dentro da comunidade internacional. Proporciona apoio aos países no desempenho de seus objetivos na área ambiental, colaborando com os governos no desenvolvimento de projetos e atividades. Atua, também, com instituições acadêmicas e ONG's que possuem reconhecida experiência na área.

USAID - Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional **<http://www.usaid.gov>**

Agência Norte Americana que fornece assistência técnica e financeira nas seguintes áreas: crescimento econômico e desenvolvimento agrícola, meio ambiente, educação e treinamento, assistência humanitária, saúde e nutrição, democracia e governabilidade. No Brasil, apóia ações nas áreas de mudanças climáticas, meio ambiente, uso de energia eficiente e limpa, saúde.

DFID - Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido

<http://www.dfid.gov.uk>

Departamento do governo britânico que trabalha em parceria com outros governos que têm como prioridades a promoção do desenvolvimento sustentável e a eliminação da pobreza. No Brasil, apóia programas de cooperação técnica para promover o desenvolvimento sustentável do meio ambiente natural, principalmente na Amazônia, e Planos de Governo voltados para o fortalecimento dos serviços de saúde.

JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão

<http://www.jica.org.br>

Órgão do governo japonês responsável pela implementação dos programas e projetos de cooperação técnica com os demais países. Apóia atividades nas seguintes modalidades: treinamento, intercâmbio, doação de equipamentos, cooperações técnicas tipo projeto e pesquisa, mini-projetos, estudos de desenvolvimento. No Brasil, as áreas prioritárias são saúde, agricultura, indústria, meio ambiente, educação e reformas econômicas.

UE - União Européia

<http://www.europa.eu.int>

Órgão executivo responsável pela execução e gestão de acordos de comércio e de cooperação técnica outros países. No Brasil, apóia projetos de cooperação técnica voltados para o meio ambiente, ciência e tecnologia, administração pública, pequenas e médias empresas, redução do desequilíbrio social.

FONTES NACIONAIS

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

FUST – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações: tendo por finalidade proporcionar recursos destinados a cobrir a parcela de custo exclusivamente atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações, que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço, nos termos do disposto no inciso II do art. 81 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

FUNTEL – Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações: de natureza contábil, com o objetivo de estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações, nos termos do art. 77 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

MINISTÉRIO DA CULTURA

PRONAC - Programa Nacional de Apoio a Cultura: apóia projetos em todas as áreas culturais.

MINC-DIRETO - pode apoiar projetos de pessoas físicas, pessoas jurídicas privadas ou estados, municípios e outras entidades de uma ou por uma combinação das seguintes formas:

- a) convênio para o repasse de recursos a fundo perdido, ainda que com a exigência de contrapartida por parte do proponente;
- b) aprovação para a captação de doações e/ou patrocínios sob os auspícios da Lei Rouanet;
- c) aprovação para emissão de Certificados de Investimento referentes a obras cinematográficas e outros investimentos incentivados pela Lei do Audiovisual;
- d) concessão de passagens para eventos de difusão cultural;
- e) concessão de Bolsa Virtuose

PROGRAMA Viva Melhor, Viva Cultura: Pessoa física pode contribuir com a cultura e descontar em seu imposto de renda

PROGRAMA Cultura é um Bom Negócio: A pessoa jurídica pode contribuir com a cultura e descontar do imposto de renda de sua empresa.

MINISTÉRIO DA DEFESA

PCN - Programa Calha Norte foi criado em 1985, pelo Governo Federal, para atender à necessidade de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado da Amazônia Setentrional, respeitando as características regionais, as diferenças culturais e o meio ambiente, em harmonia com os interesses nacionais. Na sua trajetória, o “PCN” esteve vinculado a diversos órgãos do Governo Federal. Atualmente, está subordinado ao MINISTÉRIO DA DEFESA, que, considerando a estratégia adequada à região, busca desenvolver ações que contribuam efetivamente para as duas principais vertentes do Programa: *Contribuir para a Manutenção da Soberania Nacional e da Integridade Territorial da Região do Calha Norte* e *Contribuir para a Promoção do Desenvolvimento Regional*.

MACRO PROJETOS

1. *Construção de Embarcações para Controle e Segurança da Navegação Fluvial na Região do Calha Norte*
2. *Implantação de Infra-estrutura Básica (saúde, educação, saneamento básico, transporte, energia, comunicações) nos Municípios mais Carentes da Região da Calha Norte*

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária: vai garantir o acesso à terra a 530 mil famílias até o final de 2006. Serão 400 mil famílias assentadas pelo programa da reforma agrária e outras 130 mil que receberão terra por meio do **Programa Nacional de Crédito Fundiário** – que atinge áreas abaixo de 15 módulos fiscais e não podem ser desapropriadas.

SECRETARIA DE REORDENAMENTO AGRÁRIO: A Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) desenvolve e viabiliza o **Programa Nacional de Crédito Fundiário**, o **Programa de Reordenamento e Desenvolvimento Agrário** e o **Programa de Ação Cultural**.

PROJETO Crisálida Agrovida: O Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário, e o Ministério da Justiça estão trabalhando em um projeto que vai ajudar aos apenados brasileiros. O objetivo do Projeto Crisálida Agrovida é a capacitação de sentenciados em regime semi-aberto ou aberto para trabalhar na área agrícola e agroindustrial e a inclusão deles, e seus familiares, no programa de reforma agrária do governo federal. O Projeto poderá ser executado em parceria com estados, municípios e entidades sociais.

SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR: A Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, tem por objetivo consolidar o conjunto das políticas para a agricultura familiar, visando promover o desenvolvimento local sustentável por meio da valorização humana e da negociação política com representantes da sociedade, respeitando os desejos e anseios das organizações sociais e praticando os princípios da descentralização, da democracia, da transparência e da parceria, com responsabilidade.

As diversas linhas de ação e atividades desenvolvidas pela SAF/MDA, cujo principal programa é o **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**, buscam valorizar e divulgar o conceito de agricultura familiar como atividade econômica fundamental para o desenvolvimento socioeconômico sustentado do meio rural; satisfazer a necessidade da criação e/ou fortalecimento de mecanismos que permitam à agricultura familiar uma maior capacidade de compatibilizar a produção para o seu próprio consumo e para o mercado; a manutenção e/ou geração de ocupações produtivas; a diversificação das atividades rurais, por meio da pluriatividade; e a construção de mecanismos que permitam a agregação de valor à sua produção.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMERCIO EXTERIOR

PAB - Programa do Artesanato Brasileiro: visa, em especial, a geração de oportunidades de trabalho e de renda. Para tanto desenvolve ações que valorizem o artesão brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, e, ainda, promovam o artesanato no País e no Exterior. O Programa estimula o aproveitamento das vocações regionais, levando à preservação das culturas locais e à formação de uma mentalidade empreendedora, por meio da preparação das organizações e de seus artesãos para o mercado competitivo.

PBE – Programa Brasil Empreendedor: objetiva fortalecer o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, buscando-se a inserção dos empreendedores no setor formal da economia, bem como o surgimento de novos negócios. Esse Programa tem abrangência nacional, envolve a coordenação e a articulação de diversas ações e programas de agentes públicos e privados, dentro das respectivas competências, e adota critérios e objetivos comuns, padronizando procedimentos e conjugando esforços para evitar a dispersão das iniciativas, inclusive as já existentes, o que o caracteriza como um Plano de Ações Integradas do Governo Federal, que tem como eixos principais a capacitação, o crédito e a assessoria empresarial.

PBD - Programa Brasileiro de Design: Lançado em 1995, o Programa Brasileiro do Design - PBD é um Programa voltado para a inserção e incremento da gestão do design nos setores produtivos brasileiros. Tem como **Missão:** Induzir à Modernidade Industrial e Tecnológica por meio do design, visando contribuir para o incremento da qualidade e da competitividade dos bens e serviços produzidos no Brasil e sua popularização.

PROGRAMA Arranjos Produtivos Locais: Segundo um dos conceitos correntes, arranjos produtivos locais são “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência. Geralmente, envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtores de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem, também, diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento”.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FNDE – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO: estes são alguns dos programas e projetos financiados pelo FNDE Programa do Transporte escolar, Dinheiro direto na escola, Biblioteca da escola, Saúde do escolar, Portadores de necessidades especiais – PAED, educação de jovens e adultos, livro didático, Merenda escolar, Brasil Alfabetizado, Projetos educacionais

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério: O FUNDEF foi implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998, quando passou a vigorar a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental. A maior inovação do FUNDEF consiste na mudança da estrutura de financiamento do **Ensino Fundamental** no País (1ª a 8ª séries do antigo 1º grau), ao subvincular a esse nível de ensino uma parcela dos recursos constitucionalmente destinados à Educação. A Constituição de 1988 vincula 25% das receitas dos Estados e Municípios à Educação. Com a Emenda Constitucional nº 14/96, 60% desses recursos (o que representa 15% da arrecadação global de Estados e Municípios) ficam reservados ao Ensino Fundamental. Além disso, introduz novos critérios de distribuição e utilização de 15% dos principais impostos de Estados e Municípios, promovendo a sua partilha de recursos entre o Governo Estadual e seus municípios, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino.

FUNDESCOLA – Fundo de Fortalecimento da Escola: Fundo de Fortalecimento da Escola, é um programa do Departamento de Projetos Educacionais da Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação (SEIF/MEC), desenvolvido em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Tem por objetivo promover um conjunto de ações para a melhoria da qualidade das escolas do ensino fundamental, ampliando a permanência das crianças nas escolas públicas, assim como a escolaridade nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A missão é promover, em regime de parceria e responsabilidade social, a eficácia, eficiência e equidade no ensino fundamental público das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio da oferta de serviços, produtos e assistência técnico-financeira inovadores e de qualidade, que focalizam o ensino-aprendizagem e as práticas gerenciais das escolas e secretarias de educação. O

programa tem como estratégias aperfeiçoar o trabalho, elevar o grau de conhecimento e o compromisso de diretores, professores e outros funcionários da escola com os resultados educacionais, melhorar as condições de ensino e estimular o acompanhamento dos pais na aprendizagem de seus filhos, a estratégia de financiamento importa as seguintes diretrizes: Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas; Processo de Desenvolvimento da Escola; Planejamento e Provisão de Vagas e Gestão e Desenvolvimento dos Sistemas Educacionais. Algumas das principais ações em andamento:

■ **Planejamento Estratégico da Secretaria (PES)** Processo gerencial desenvolvido pela secretaria de educação, coordenado pela liderança, para o alcance de uma situação desejada, de maneira efetiva, com a melhor concentração de esforços e recursos. Ao realizá-lo, a secretaria analisa seu desempenho, processos, relações internas e externas, condições de funcionamento e resultados. A partir dessa análise, projeta o futuro, define aonde quer chegar, as estratégias para alcançar os objetivos, quais os processos e as pessoas envolvidas. O PES promove o fortalecimento institucional da secretaria visando à melhoria da gestão da escola e do desempenho do aluno.

■ **Sistema de Apoio à Elaboração do Plano de Carreira do Magistério Público** Sistema composto por um software distribuído juntamente com o livro “Plano de Carreira e Remuneração do Magistério” e o caderno “Plano de Carreira e Remuneração do Magistério – Estudo Dirigido” destinado a fornecer aos municípios condições de elaborar o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público.

■ **Sistema Integrado de Informações Gerenciais (SIIG)** Programa composto por 27 sistemas informatizados interligados que apoiam o processo de gestão das secretarias estaduais de educação do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e promovem a melhoria de suas condições de gerenciamento.

■ **Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE)** Para aperfeiçoar a gestão da escola pública e melhorar a qualidade de ensino, o Fundescola estimula a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Escola. Ao elaborar o PDE, a escola realiza um diagnóstico de sua situação, identificando, a partir dessa análise situacional, seus valores e definindo sua visão de futuro e missão, bem como traçando objetivos, estratégias, metas e planos de ação a serem alcançados a longo, médio e curto prazos, respectivamente. Recebem recursos financeiros e apoio técnico para elaborar o PDE, as escolas que tenham a partir de 100 alunos, organizem unidades executoras, disponham de condições mínimas de funcionamento e possuam liderança forte.

■ **Projeto de Melhoria da Escola (PME)** Após elaborarem o PDE, as escolas selecionam metas e ações que consideram essenciais para a melhoria da aprendizagem dos alunos e que poderão ser financiadas pelo Fundescola, as quais deverão ser descritas no Projeto de Melhoria da Escola.

■ **Escola Ativa**

Nas escolas rurais com classes multisseriadas (de 1a a 4a séries), o Fundescola/MEC apoia a implantação de uma estratégia de ensino para combater a reprovação e o abandono: a Escola Ativa. A experiência reúne autoaprendizagem, trabalho em grupo, ensino por meio de módulos, livros didáticos especiais, participação da comunidade, capacitação e reciclagem permanente dos professores e acompanhamento constante de alunos e docentes.

Programa de Gestão da Aprendizagem Escolar (Gestar)

É um programa de gestão pedagógica da escola orientado para a formação continuada de professores do ensino fundamental, avaliação diagnóstica e reforço da aprendizagem dos estudantes. Tem como objetivo principal elevar o desempenho escolar dos alunos nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa. Inova as estratégias de qualificação do professor e o processo de ensino e aprendizagem dos alunos. O programa utiliza recursos de educação a distância e atende professores de 1ª a 4ª séries de escolas públicas. A partir de 2004, também passará a atender professores de Matemática e Língua Portuguesa de 5ª a 8ª séries.

Programa de Apoio à Leitura e à Escrita (Praler)

É um programa iniciado em 2003 que atuará na formação de professores, principalmente os de 1ª e 2ª séries, para que possam, a partir dos conhecimentos adquiridos, alfabetizar seus alunos no tempo pedagógico do ano letivo. É destinado aos professores que concluíram ou estão participando do Gestar de 1ª a 4ª séries e que ainda não adotaram outros programas de alfabetização.

Programa Melhoria do Rendimento Escolar

Trata-se de uma nova ação que integra as ações financiáveis pelo Fundescola. Para receber o financiamento, o município deve estar localizado em zona de atendimento prioritário do programa e ter mais de cem mil habitantes. A ação está prevista nas Normas para Financiamento de Projetos Educacionais no Âmbito do Fundescola para 2003. De acordo com a nova sistemática, o Programa Melhoria do Rendimento Escolar busca incentivar a formação continuada dos profissionais de 1ª e 2ª séries da rede municipal e de 5ª série da rede estadual, em funções docentes no ensino fundamental, com a finalidade de minimizar os índices de fracasso escolar e aumentar os de inclusão de alunos no processo de ensino com qualidade social, na perspectiva da Escola Ideal.

Micro planejamento

Nos municípios atendidos pelo Programa são realizados estudos de micro planejamento educacional que visam à organização da rede física escolar urbana de ensino fundamental e que, entre outras funções, definem e localizam a necessidade de novas vagas no ensino fundamental e fazem simulações para identificar a situação das escolas em relação aos padrões mínimos de funcionamento.

 **Espaço Educativo** O Fundescola/MEC orienta e financia a construção de novas escolas, utilizando projetos arquitetônicos desenvolvidos pelas secretarias de educação dos estados e das capitais que participaram do Projeto Espaço Educativo – Arquitetando uma Escola para o Futuro. Os projetos arquitetônicos atendem às diretrizes gerais de flexibilidade, soluções compactas, adequação às diferenças de terreno, adequação ao clima, acessibilidade e facilidade de manutenção. Permitem também que as novas escolas disponham de boas condições para o ensino e docência, suporte pedagógico, recursos didáticos, administração, alimentação e serviços gerais.

 **Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas (PMFE)** São as condições básicas e o conjunto de insumos necessários para a realização dos serviços escolares essenciais e para que o processo ensino-aprendizagem ocorra de forma adequada. Para atingir esse padrão, o Fundescola considerou os seguintes insumos: espaço educativo, mobiliário e equipamento escolar, material didático e escolar e recursos humanos. As diretrizes deverão contribuir para

a definição dos padrões mínimos nacionais, auxiliando estados e municípios no desenvolvimento e alcance dos padrões mínimos e na redução das desigualdades existentes entre as escolas.

■ **Levantamento da Situação Escolar (LSE)** É um instrumento de coleta de informações sobre a situação das escolas de ensino fundamental regular para o planejamento da educação nos estados e municípios atendidos pelo Fundescola/MEC. Identifica as condições físicas dos prédios escolares e a disponibilidade de mobiliário, equipamento e material didático e escolar existente; verifica a situação das escolas frente aos padrões mínimos de funcionamento; estabelece prioridades de atendimento para o Projeto de Adequação do Prédio Escolar e para o programa de aquisição de mobiliário e equipamento do Fundescola; avalia os resultados da adequação escolar e do fornecimento do mobiliário; identifica a situação institucional das escolas. O sistema informatizado do LSE desenvolvido em 2002 permitirá que os estados e municípios atualizem os dados levantados anteriormente e emitam relatórios gerenciais que auxiliarão os gestores na tomada de decisão para o alcance dos padrões mínimos de funcionamento e para a melhoria das condições dos prédios escolares.

■ **Projeto de Adequação do Prédio Escolar (PAPE)** Visa estabelecer nas edificações escolares condições de segurança, salubridade, estabilidade e funcionalidade. No repasse de recursos direto às escolas para adequação são priorizados os ambientes das salas de aula, para que alcancem os padrões construtivos mínimos, disponham de condições para a utilização adequada do mobiliário e equipamento escolar fornecido.

■ **Mobiliário e Equipamento Escolar** As salas de aula das novas escolas construídas e das escolas beneficiadas pelo Projeto de Adequação do Prédio Escolar recebem armários, carteiras e mesas para professores e alunos, além de ventiladores. A escolha e aquisição do mobiliário e equipamento pelo Fundescola levam em consideração a saúde dos usuários, o desempenho e a vida útil dos produtos.

■ **Atendimento Rural** Para apoiar a melhoria das condições de ensino nas zonas rurais, o Fundescola atualizou os mapas dos municípios contendo a localização das escolas, aglomerados rurais e vias de acesso. Além disso, o Programa financiou, entre os anos de 1999 a 2015, a construção de escolas de duas a seis salas de aula em áreas remanescentes de quilombos, aldeias indígenas e assentamentos rurais.

■ **Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação (Prasem)** Nos anos de 2011 a 2015 o Fundescola/MEC realizou eventos de mobilização e qualificação de dirigentes municipais (secretários de educação, de finanças e prefeitos) para que pudessem acompanhar as mudanças ocorridas na legislação nacional e na forma de participação da comunidade na gestão das políticas públicas.

■ **Encontro dos Conselheiros do FUNDEF**

Nos anos de 2011 a 2015, a necessidade de apoiar a participação da comunidade no controle social da educação levou o Fundescola/MEC a qualificar conselheiros do Fundef, em encontros presenciais de um dia. A meta era o repasse de informações e orientações sobre a organização e funcionamento dos conselhos, financiamento da educação e gerenciamento dos recursos.

Encontros pela Justiça na Educação

Nos anos de 2014 e 2015, o Fundescola/MEC organizou encontros para promover a adesão dos juízes e promotores da Infância e Juventude das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste na efetivação de mecanismos legais de proteção à criança e ao adolescente.

MINISTÉRIO DOS ESPORTES

PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE: Para que a população possa se valer das iniciativas oportunizadas pelo Esporte e Lazer da Cidade o município, basicamente, deverá sinalizar sua disposição em garantir as seguintes condições:

- a) Reconhecer e tratar o Esporte e o Lazer como direitos sociais;
- b) Fomentar a implementação de conselhos municipais, gestores e fiscalizadores do Programa, integrados por representantes da sociedade civil e do poder público local;
- c) Aplicar metodologia de avaliação processual das políticas públicas de esporte e lazer;
- d) Articular ações voltadas para públicos diferenciados nos núcleos de esporte e lazer, de forma a privilegiar a unidade conceitual do Programa; e
- e) Programar a Formação Continuada dos agentes Sociais de Esporte e Lazer e dos gestores públicos de conformidade com os modelos conceituais estabelecidos no Programa.

A Política de Lazer do Ministério do Esporte não se limita ao esporte recreativo, expandindo-se para outros campos onde a vivência de oficinas culturais, brinquedotecas, salas de leitura, projeções e debates de filmes, peças teatrais, somam-se àquelas outras voltadas aos jogos populares e de salão, danças regionais, contemporâneas, clássicas, artes marciais, capoeira e as ginásticas.

Quando dizemos que o Lazer vai tomar conta da cidade e que, por sua vez, a cidade vai tomar conta do Lazer, estamos querendo afirmar ser nossa intenção oferecer às cidades brasileiras modelos conceituais para o desenvolvimento de uma verdadeira política de lazer, passíveis de serem implementados pelos municípios de forma totalmente autônoma. Tendo como referência o Estatuto da Cidade – instrumento legal fundamental na garantia do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade – o Esporte e Lazer da Cidade:

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO: O Segundo Tempo é um programa do Ministério do Esporte, em parceria com o Ministério da Educação promovido pela Secretaria de Esporte Educacional, destinado a possibilitar o acesso à prática esportiva aos alunos matriculados no ensino fundamental e médio dos estabelecimentos públicos de educação do Brasil, principalmente em áreas de vulnerabilidade social. Tem como objetivos:

- Propiciar contato com a prática esportiva;
- Desenvolver capacidades e habilidades motoras;
- Qualificar os recursos humanos profissionais envolvidos;
- Contribuir para a diminuição da exposição a situações de risco social, atuando em conjunto com outras áreas do Governo Federal;
- Implementar indicadores de acompanhamento e avaliação do esporte educacional no País.

MINISTÉRIO DA FAZENDA: apoia ações de modernização administrativa e inovação de gestão pública.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

PROGRAMA Proágua Infraestrutura: tem como objetivo assegurar a ampliação de oferta de água de boa qualidade para o consumo humano e para a produção, por meio da conclusão de obras estruturantes prioritárias, destina-se às populações afetadas pela falta de recursos hídricos. Principais Ações:

- Implantação de sistemas sanitários e de abastecimento de água em escolas públicas;
- Construção de açudes;
- Construção de adutoras;
- Construção de barragens;
- Construção de sistema de abastecimento de água;
- Obras de revitalização e recuperação de rios;
- Implantação de poços públicos;
- Manutenção e conservação de obras de infraestrutura hídrica;
- Dessalinização de água;
- Construção e recuperação de obras de infraestrutura hídrica;

PROGRAMA Irrigação e Drenagem: tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável nas áreas irrigadas e irrigáveis, aumentando a produção, melhorando a produtividade agrícola e proporcionando a geração de empregos e melhoria da renda de pequenos, médios e grandes produtores. Busca atender distritos de irrigação, cooperativas, associações e empresários envolvidos com agricultura irrigada. Principais Ações:

- Implantação de projetos de irrigação;
- Emancipação de perímetros de irrigação – **Programa de Emancipação dos Perímetros Irrigados (Proema);**
- Manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum;
- Capacitação dos usuários de projetos de irrigação para o uso eficiente da água;
- Estudos para a melhoria da eficiência no uso da água em projetos de irrigação;
- Estudos para o aproveitamento hidro agrícola em áreas irrigáveis.

PROGRAMA de Desenvolvimento da Amazônia Legal: tem por finalidade o desenvolvimento sustentável da Região, fundamentado na reestruturação de sua base produtiva e na superação de deficiências estruturais, objetivando a sua integração às economias nacional e internacional. O programa apoia a região em diferentes aspectos: desde estudos para planejar o desenvolvimento e capacitar recursos humanos, até a promoção e difusão de oportunidades, oferta de incentivos fiscais e financiamento para empreendimentos. Principais Ações:

- Financiamento de projetos de desenvolvimento industrial e agrícola na Região Norte – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO);
- Fomento a projetos de infraestrutura econômica e social na Amazônia Ocidental;
- Concessão de incentivos fiscais para projetos de aproveitamento de matérias-primas regionais.

PROGRAMA de Gestão da Política de Integração Nacional: Visa apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas da área de integração nacional. Principais Ações:

- Capacitação de recursos humanos para o planejamento e gestão do desenvolvimento regional;
- Estudos para o planejamento e gestão do desenvolvimento regional;

- Gestão de projetos de desenvolvimento sustentável local integrado.

Programa de Defesa Civil: tem como objetivo prevenir e minimizar desastres, atuar na prevenção de acidentes, socorrer e assistir às populações afetadas e reconstruir e recuperar cenários danificados, construindo açudes, muros de arrimo, diques, canalizando rios e combatendo incêndios. Principais ações:

- Ações emergenciais de defesa civil, em caso de enchentes e desabamento;
- Prevenção e preparação para emergências e desastres;
- Formação de Agentes de Defesa Civil.

PROGRAMA de Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira: tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento social da faixa de 150 quilômetros de largura ao longo de 15.719 km da fronteira terrestre brasileira, buscando sua ocupação e utilização de forma compatível com a importância territorial estratégica e criando condições para que a população que vive nesta faixa territorial não seja obrigada a buscar melhores condições de vida nos grandes centros. Para tanto, investe em melhorias de saneamento, urbanização, educação, saúde, assistência social. Principais Ações:

- Estudos dos problemas e demandas da região da faixa da fronteira;
- Obras civis nos municípios da faixa da fronteira.

PRONAGER – Programa Organização Produtiva de Comunidades Pobres: tem como objetivo capacitar comunidades pobres visando a sua organização produtiva e inserção competitiva no mercado de trabalho. Principais Ações:

- Ações de geração de renda para populações carentes;
- Capacitação de técnicos multiplicadores, diretores de laboratórios organizacionais e empreendedores;
- Estudo socioeconômico para geração de emprego e renda;
- Geração de empreendimentos produtivos;
- Sistema de participação social para geração de emprego e renda.

FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAIS: As novas normas operacionais dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste se apresentam como valiosos instrumentos para o desenvolvimento das três regiões. A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamentou o Artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, de 1988, criou os Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, do Nordeste - FNE e do Norte - FNO. Contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil, a partir da concessão de financiamentos a empreendedores das três regiões. Foi essa a idéia que motivou a criação dos Fundos Constitucionais de Financiamento. Eles permitem a formulação de programas de financiamento destinados aos setores produtivos que estejam alinhados com os respectivos planos regionais de desenvolvimento. O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, contam com uma fonte permanente de recursos, proveniente de 3% da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza e sobre Produtos Industrializados. Esses recursos são repassados decendialmente pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Ministério da Integração Nacional, que os transfere para os bancos operadores (Banco da Amazônia, Banco do Brasil e Banco do Nordeste do Brasil). É observada a seguinte distribuição entre os três Fundos: 0,6% para o FCO;1,8% para o FNE; e 0,6% FNO.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PROGRAMA Assistência Jurídica Integral e Gratuita: objetiva prestar assistência jurídica gratuita ao cidadão, contribuindo para a democratização da Justiça. O público-alvo do programa é o cidadão que necessita de Justiça e que não tem condições econômicas de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. O Programa Assistência Jurídica Integral e Gratuita contribui para viabilizar o acesso do cidadão necessitado à Justiça. É um instrumento de exercício da cidadania e de conquista de direitos. Promove um serviço público essencial, contribuindo para a prevenção da violência, além de concretizar os princípios constitucionais de igualdade, de ampla defesa e do contraditório. Sua atuação é essencial à função jurisdicional do Estado, nos termos da Constituição Federal (art. 5º, LXXIV e art. 134) e da Lei Complementar nº 80/1994.

PROGRAMA de Intercâmbio da SDE – Área de Defesa do Consumidor: tem por objetivo proporcionar a estudantes dos cursos de Direito, Economia e Comunicação Social (área – Jornalismo) uma experiência com a teoria e a prática da defesa do consumidor, agregando conhecimento para uma melhor aplicação e interpretação da legislação consumerista, bem como dos princípios constitucionais que regem a ordem econômica. As atividades do Programa incluem discussões teóricas monitoradas sobre conceitos econômicos, jurídicos e de informação aplicados à defesa do consumidor, estudo de casos concretos, contato com estruturas dos órgãos de defesa do consumidor, bem como palestras com autoridades destes órgãos.

FDDD – Fundo de Defesa do Direitos Difusos tem como objetivo a reparação dos danos causados ao consumidor, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos. Entidades públicas e civis são apoiadas pelo CFDD desde que tenham como finalidade a promoção de eventos educativos ou científicos, na edição de material informativo que diga respeito à natureza das infrações ou danos causados às áreas do consumidor, da defesa da concorrência e de outros interesses difusos e coletivos.

Os recursos do Fundo são aplicados em:

- recuperação de bens lesados;
- promoção de eventos educativos e científicos;
- edição de material informativo;
- não sendo viável, na modernização administrativa dos órgãos vinculados às áreas.

FUNPEN – Fundo Penitenciário Nacional tem por finalidade proporcionar recursos e meios destinados a financiar e apoiar as atividades e os programas de modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário Brasileiro.

Os recursos do Funpen serão aplicados:

- I - na construção, reforma, ampliação e reequipamento de instalações e serviços de penitenciárias e outros estabelecimentos prisionais;
- II - na manutenção dos serviços penitenciários, mediante a celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos com entidades públicas ou privadas;
- III - na formação, aperfeiçoamento e especialização de servidores das áreas de administração, de segurança e de vigilância dos estabelecimentos penitenciários;
- IV - na formação educacional e cultural do preso e do internado, mediante cursos curriculares de 1º e 2º grau, ou profissionalizantes de nível médio ou superior;
- V - na elaboração e execução de projetos destinados à reinserção social de presos, internados e egressos;

- VI - na execução de programas voltados à assistência jurídica aos presos e internados carentes;
- VII - na execução de programas destinados a dar assistência às vítimas de crime e aos dependentes do preso ou do internado;
- VIII - na participação de representantes oficiais em eventos científicos, realizados no Brasil e no exterior, sobre matéria penal, penitenciária ou criminológica;
- IX - nas publicações e na pesquisa científica na área penal, penitenciária ou criminológica;
- X - nos custos decorrentes de sua própria gestão, excetuadas as despesas de pessoal referentes a servidores públicos que já percebem remuneração dos cofres públicos.

PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL: É um instrumento para garantir e defender os direitos de crianças e adolescentes. O plano pretende criar, fortalecer e implementar um conjunto de ações e metas para assegurar a proteção integral aos menores de 18 anos em situação ou risco de violência sexual, Busca estabelecer um conjunto de ações articuladas (políticas e financeiras) contra a violência sexual infanto-juvenil. Foram estabelecidos seis eixos estratégicos de ação, cada um deles com objetivos e metas específicas. A idéia é que em torno desses eixos sejam aglutinados esforços do poder público, da iniciativa privada e do terceiro setor para alcançar os objetivos gerais do plano. A operacionalização dessas metas implica necessariamente uma articulação entre os atores com ações específicas nos diferentes eixos do plano.

Os eixos do plano de enfrentamento:

Análise da situação – conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes em todo o país. Fazer o diagnóstico da situação do enfrentamento desta questão. Verificar as condições de implementação do plano e garantir seu financiamento.

Mobilização e articulação – fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de combate à violência sexual. Comprometer a sociedade civil no enfrentamento do problema. Divulgar o posicionamento brasileiro contra o turismo sexual e o tráfico para fins de exploração sexual.

Defesa e responsabilização – atualizar a legislação sobre crimes sexuais, combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e capacitar os profissionais da área jurídico-policial para lidar com o tema. Apoiar o funcionamento adequado dos Conselhos Tutelares e das Delegacias Especializadas em crimes contra crianças e adolescentes.

Atendimento – efetuar e garantir o atendimento especializado, em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias.

Prevenção – assegurar ações preventivas contra a violência sexual, educando crianças e adolescentes para se defenderem em situações de abuso, trabalhar em conjunto com a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente para criar uma legislação de monitoramento do conteúdo da Internet.

Protagonismo infanto-juvenil – promover a participação ativa de crianças e adolescentes em projetos de defesa dos seus direitos.

Quem monitora o plano?

Foi criado o Comitê Nacional de Enfrentamento da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes para acompanhar o andamento das ações e seus resultados. O Conanda e os conselhos de direitos estaduais e municipais são as instâncias de deliberação, controle e acompanhamento do plano.

FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA: apoia projetos na área de segurança pública, capacitação de operadores, prevenção criminológica etc.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

PPG7 – O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil é uma iniciativa inédita do governo e da sociedade brasileira em parceria com a comunidade internacional, que visa à construção de soluções que promovam a proteção e o uso sustentável das florestas brasileiras na Amazônia e na Mata Atlântica, assim como o bem-estar das populações locais. Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, o Programa Piloto é implementado por meio de parcerias em diferentes níveis, envolvendo órgãos governamentais, entidades da sociedade civil e setor privado.

O Programa é composto por uma ampla carteira de projetos, que se caracterizam dentro de cinco linhas de ação: Experimentação e Demonstração; Conservação de Áreas Protegidas; Fortalecimento Institucional; Pesquisa Científica; Lições e Disseminação. Propostas abrangentes compõem a Agenda Positiva da Amazônia, contemplando aspectos variados, como:

- Zoneamento ecológico-econômico
- Infraestrutura (transporte e energia)
- Geração sustentável de emprego e renda
 - Agro extrativismo
 - Produção florestal
 - Pesca
 - Agropecuária
 - Ecoturismo
 - Biotecnologia
- Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais
- Instrumentos econômicos
- Política fundiária
- Áreas protegidas
- Áreas indígenas
- Ciência e tecnologia
- Monitoramento e controle ambientais
- Serviços e benefícios ambientais
- Educação para gestão ambiental
- Recuperação de Áreas Alteradas
- Gestão ambiental urbana
- Fortalecimento institucional e legislação

CEX – COORDENADORIA DE AGROEXTRATIVISMO DA AMAZÔNIA: criada no âmbito da Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente no fim do ano de 1999, como forma de destacar a importância do extrativismo para a conservação e o desenvolvimento da região Amazônica e constituir o espaço apropriado para o tratamento das demandas das comunidades e organizações extrativistas. Por isso, o seu principal objetivo é promover o fortalecimento econômico e social dos extrativistas e atuar para que os serviços ambientais prestados por eles sejam reconhecidos. As ações da Coordenadoria e os seus recursos encontram respaldo na Lei 9.479, de 12 de agosto de 1997, que determinou que o Poder Público deve promover a ascensão econômica e social dos extrativistas da Amazônia. Como decorrência dessa Lei, foi instituído o **Programa Amazônia Solidária**, conforme consta da Exposição de Motivos nº 4, de 15 de outubro de 1997, na qual dez Ministros de Estado propuseram a sua criação. Nessa direção, para que o Programa Amazônia Solidária

tivesse início no MMA, foi aprovada a Lei 9.673/1998, permitindo a abertura de crédito especial no Orçamento Geral da União.

A partir das orientações estratégicas, dadas pela titular da Secretaria de Coordenação da Amazônia, passou-se a negociar junto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a Agência Brasileira de Cooperação um projeto de cooperação técnica multilateral.

Assim, foi criado o Projeto BRA 99/025 – **Programa de Apoio ao Agro extrativismo da Amazônia**, cujo objetivo é contribuir para o fortalecimento econômico e social das comunidades extrativistas da Amazônia, promovendo o uso sustentável e a conservação da biodiversidade, por meio do apoio às comunidades extrativistas e suas organizações na execução de iniciativas sustentáveis de geração de renda, no aprimoramento do processo de produção, beneficiamento e comercialização extrativista, e coordenação das iniciativas para implementar e definir políticas públicas específicas para o setor. O Programa proporciona à Coordenadoria as condições necessárias para a execução de suas atribuições que se fundamentam, principalmente, em sete ações:

- Políticas Públicas para o Agro extrativismo;
- Carteira de Projetos;
- Gestão Ambiental em Terras Indígenas;
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Agro extrativismo/Prodex;
- Unidades de Conservação de Uso Sustentável;
- Quebradeiras de Coco Babaçu;
- Capacitação.

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS ALTERADAS NA AMAZÔNIA:

objetiva fomentar a recuperação e a criação ou fortalecimento de alternativas sustentáveis de aproveitamento econômico de áreas florestais alteradas na Amazônia Brasileira. Com esse objetivo geral, foi criado, no ano 2000, o Projeto de Recuperação de Áreas Alteradas na Amazônia. Apoiar iniciativas governamentais e da sociedade civil organizada; sistematizar e divulgar informações relativas a recuperação e aproveitamento econômico sustentável; e orientar, planejar, implementar e contribuir para definição de políticas coerentes com o objetivo geral, são tarefas assumidas pelo Projeto.

Embora atue na Amazônia Legal como um todo, o Projeto prioriza ações nos municípios que mais têm desmatado, sobretudo aqueles inseridos no chamado Arco do Desmatamento, que se estende do Maranhão e Tocantins a leste, passando pelo Pará, Mato Grosso, Rondônia, sul do Amazonas e leste do Acre. Também são prioritários alguns outros municípios considerados estratégicos no contexto da pressão antrópica.

PROECOTUR – Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo da Amazônia Legal: O governo federal através do Turismo Verde, vem promovendo o ecoturismo na Amazônia brasileira como alternativa econômica para o desenvolvimento sustentável da região. O Turismo Verde é um dos programas prioritários do Governo Federal inserido no Avança Brasil. Abarca o Programa de Desenvolvimento de Ecoturismo da Amazônia Legal - PROECOTUR e amplia a previsão de recursos e ações na mesma direção.

Dentro deste contexto, o Governo Brasileiro firmou um contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para financiamento da execução do PROECOTUR. O programa tem como executor o MMA / Secretaria de Coordenação da Amazônia - SCA, em parceria com o Ministério do Esporte e Turismo – MET, o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos

Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e os nove Estados que compõem a Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Sua coordenação está a cargo da Unidade de Gerenciamento do Programa – UGP, no âmbito da SCA, juntamente com os Núcleos de Gerenciamento do Programa – NGP, instituídos nos Estados e no IBAMA. As ações previstas para implementação dividem-se em duas partes: a fase de pré-investimento (I), com custos na ordem de US\$ 13,8 milhões e prazo de até três anos a partir de janeiro 2000, e a fase de investimento (II) com orçamento de US\$ 200 milhões com prazo de três anos. Cabe ressaltar que o programa está contemplado no Plano Plurianual – PPA (2000 a 2003), no âmbito do Turismo Verde. A fase de pré-investimentos tem como finalidade o planejamento estratégico dos investimentos a serem implantados na fase de investimentos como também demonstrar sua viabilidade técnica, econômica, ambiental, financeira e social. Uma vez concluída a fase de pré-investimentos a região estará preparada para receber os investimentos em capacitação, infraestrutura, marketing, proteção dos atrativos e financiamento de empreendimentos que serão necessários para gerar fluxos de visitantes. Estes investimentos estão concentrados inicialmente nos polos de ecoturismo selecionados pelos estados participantes.

Polos de Ecoturismo

Os polos são as zonas prioritárias nas quais o poder público implantará projetos e normas visando à atração de empreendimentos ecoturísticos particulares. Não são necessariamente definidos geograficamente podendo consistir de corredores turísticos ou de grupos de atrativos complementares unidos por um roteiro turístico. Seu planejamento visa maximizar a competitividade da região como destino de ecoturismo internacional; minimizar a concorrência entre estados, mediante a identificação de nichos de mercado diferenciados para cada estado; maximizar a viabilidade econômica e minimizar os riscos financeiros dos empreendimentos de ecoturismo a serem implantados em cada polo.

GUAIA – PROJETO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS: A possibilidade de trabalhar a questão urbana ambiental na Amazônia surgiu quando o Plano Plurianual - PPA 2012 – 2015 introduziu como uma atividade o desenvolvimento ambiental urbano, alocando recursos para serem utilizados na vigência do Plano Plurianual. Constatadas as frequentes carências de serviços urbanos ambientais tanto nos pequenos assentamentos como nas pequenas, médias e grandes cidades da região, tratava-se de, não obstante as limitações de recursos, buscar caminhos de enfrentamento do problema. Compreendia-se que o controle dos problemas ambientais no meio urbano constitui um importante contribuição para a proteção de seus entornos florestais e, assim, para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE: apoia projetos em todas as áreas a preservação ambiental, ecológica e de desenvolvimento sustentável.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

PROGRAMA LUZ PARA TODOS: A pretensão do governo federal com este programa é acabar com a exclusão elétrica no país. É o programa LUZ PARA TODOS, que tem o objetivo de levar energia elétrica para mais de 12 milhões de pessoas até 2018. O programa, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas, atenderá uma população equivalente aos estados de Piauí, Mato Grosso do Sul, Amazonas e do Distrito Federal. A instalação da energia elétrica até os domicílios será

gratuita para as famílias de baixa renda e, para os consumidores residenciais, com ligação monofásica e consumo mensal inferior a 80kwh/mês, as tarifas serão reduzidas, como previsto na legislação. O programa está orçado em R\$ 7 bilhões e será feito em parceria com as distribuidoras de energia e os governos estaduais. O governo federal destinará 5,3 bilhões ao programa. O restante será partilhado entre governos estaduais e agentes do setor. Os recursos federais virão de fundos setoriais de energia - a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Geral de Reversão (RGR). O mapa da exclusão elétrica no país revela que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários-mínimos e, 80% estão no meio rural. Por isso, o objetivo do governo é utilizar a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico destas comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar. A chegada da energia elétrica facilitará a integração dos programas sociais do governo federal, além do acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento.

PRODEEM – Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios: é um programa do Governo Federal, que foi instituído em dezembro/94, por decreto presidencial, e é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME. O PRODEEM tem por objetivo atender às localidades isoladas, não supridas de energia elétrica pela rede convencional, obtendo essa energia de fontes renováveis locais, de modo a promover o desenvolvimento autossustentável, social e econômico, dessas localidades.

PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica: O PROINFA é um importante instrumento para a diversificação da matriz energética nacional, garantindo maior confiabilidade e segurança ao abastecimento. O Programa, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), estabelece a contratação de 3.300 MW de energia no Sistema Interligado Nacional (SIN), produzidos por fontes eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), sendo 1.100 MW de cada fonte. Criado em 26 de abril de 2002, pela Lei nº 10.438, o PROINFA foi revisado. PROINFA contará com o suporte do BNDES, que criou um programa de apoio a investimentos em fontes alternativas renováveis de energia elétrica. A linha de crédito prevê financiamento de até 70% do investimento, excluindo apenas bens e serviços importados e a aquisição de terrenos. Os investidores terão que garantir 30% do projeto com capital próprio. As condições do financiamento serão TJLP mais 2% de spread básico e até 1,5% de spread de risco ao ano, carência de seis meses após a entrada em operação comercial, amortização por dez anos e não-pagamento de juros durante a construção do empreendimento.

CONPET – Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural: A meta do CONPET é obter um ganho de eficiência energética de 25% no uso dos derivados do petróleo e do gás natural nos próximos vinte anos, sem afetar o nível das atividades dos diversos setores da economia nacional. Para isso, foram definidos como seus objetivos principais:

- Criar uma mentalidade anti-desperdício educando e conscientizando os indivíduos sobre o uso eficiente dos recursos naturais não-renováveis;
- Reduzir a emissão de gases responsáveis pela poluição local e global (efeito estufa);
- Estimular a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para introduzir processos tecnicamente mais avançados buscando a eficiência energética; e
- Contribuir para o aumento da produtividade nos diversos setores consumidores de derivados otimizando custos

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO: apoia projetos na área de modernização administrativa, justiça fiscal e inovação de gestão de pública.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES: apoia ações de articulação comercial com países parceiros.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

SUS

PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL: A Farmácia Popular do Brasil é um programa do Governo Federal para ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), órgão do Ministério da Saúde e executora do programa, adquire os medicamentos de laboratórios farmacêuticos públicos ou do setor privado, quanto necessário, e disponibiliza nas Farmácias Populares a baixo custo. Um dos objetivos do programa é beneficiar principalmente as pessoas que têm dificuldade para realizar o tratamento por causa do custo do medicamento. Em cada Farmácia Popular, o usuário recebe atendimento personalizado, realizado por Farmacêuticos e profissionais qualificados para orientar sobre os cuidados com a saúde e o uso correto dos medicamentos. A estrutura das Farmácias é diferenciada, permite a adequada atenção farmacêutica e a realização de ações educativas, por meio da apresentação de vídeos, campanhas sobre a Aids e o combate a dengue, além de outras do interesse do Ministério da Saúde. Para utilizar a Farmácia Popular, basta o usuário ter uma receita médica ou odontológica da rede pública ou particular, contendo medicamentos disponíveis no Programa. A receita é importante para se impedir a automedicação, que pode causar intoxicações ou mascarar sintomas de doenças importantes.

PACTO NACIONAL PELA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA E NEONATAL: O Ministério da Saúde vai liberar R\$ 31.179.000,00 para reduzir a mortalidade materna e neonatal em 78 municípios brasileiros. Os recursos são parte da estratégia prevista no Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal firmado entre União, estados, municípios e sociedade civil. O Pacto previa um conjunto de ações que visavam diminuir em 15%, até 2010, os atuais índices de mortes de mulheres e de bebês com até 28 dias de vida. Em 2015, a meta é atingir uma redução de 75% desses índices. Tomando por base dados de 2002 – quando mais de duas mil mulheres e 38 mil crianças nesta faixa de idade morreram no Brasil por complicações na gravidez, no parto, no pós-parto e em decorrência de abortos – o Pacto pretende salvar 300 mulheres e 5,7 mil recém-nascidos, até o final de 2016. As principais causas da mortalidade materna são a hipertensão arterial, a hemorragia, o aborto, a infecção pós-parto e as doenças do aparelho respiratório. Já os óbitos neonatais decorrem, sobretudo, de problemas respiratórios e circulatórios, de prematuridade e baixo peso, de infecções relacionadas ao parto e de hemorragias.

PSF – Programa de Saúde da Família e PROESF – Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família: O Programa de Saúde da Família (PSF) estimula a organização da atenção básica em todos os municípios, por meio da implantação de equipes de saúde da

família, que realizem práticas com ênfase nas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

PROGRAMA de Agentes Comunitários de Saúde: O programa consiste em recursos financeiros destinados a estimular a organização da atenção básica em todos os municípios com a implantação de agentes comunitários. As ações que são financiadas com os recursos do programa estão centradas em práticas de prevenção de doenças e promoção da saúde.

PROGRAMA de Combate às carências Nutricionais: O incentivo ao Programa de Combate às Carências Nutricionais está ligado ao desenvolvimento das ações de nutrição e alimentação a determinados grupos populacionais, com prioridade ao grupo materno infantil, visando combater a desnutrição. Ações como, orientação alimentar e nutricional; aquisição de alimentos, complementos vitamínicos e minerais e monitoramento das condições nutricionais, são financiadas com os recursos que o programa recebe.

PROGRAMA de Assistência Farmacêutica Básica: A Assistência Farmacêutica Básica consiste em recursos financeiros e ações destinados, exclusivamente, à aquisição de medicamentos básicos, contribuindo para a garantia da integralidade na prestação da assistência básica à saúde.

As ações financiadas com esses recursos asseguram o fortalecimento de medicamentos básicos a população do país, dentro das diversas propostas pela Política Nacional de Medicamentos.

PROGRAMA de Ações Básicas de Vigilância Sanitária: O incentivo às ações básicas de vigilância sanitária está voltado para a modernização das ações de fiscalização e controle sanitário em produtos, serviços e ambientes sujeitos à vigilância sanitária, bem como as atividades educacionais sobre vigilância sanitária.

O incentivo financeiro destina-se para ações como:

- incentivo às ações básicas de fiscalização;
- controle sanitário em produtos, serviços e ambientes;
- prevenção e recuperação da saúde bucal;
- melhoria dos índices epidemiológico da saúde bucal,
- educação em vigilância sanitária.

PROGRAMA de Ações Básicas de Média e Alta Complexidade em Vigilância Sanitária: O Programa consiste na transferência de recursos para as ações básicas de média e alta complexidade em vigilância sanitária. As ações financiadas com esses recursos são pactuadas com as unidades federais que as determinam nos Termos de Ajuste e Metas aprovados pelas Comissões Intergestores Bipartite - CIB e Comissões Intergestores Tripartite, no ano de 2000 e assinados com a ANVISA.

PAB - Piso de Atenção Básica: consiste em recursos financeiros destinados a investimentos de procedimentos e ações de assistência básica, tipicamente municipal.

As ações financiadas com esses recursos são:

- consultas médicas em especialidades básicas;
- atendimento odontológico básico;
- atendimentos básicos por outros profissionais de nível superior e nível médio;

- visita e atendimento ambulatorial e domiciliar do Programa de Saúde da Família (PSF);
- vacinação;
- atividades educativas a grupos da comunidade;
- assistência pré-natal e ao parto domiciliar;
- atividades de planejamento familiar;
- pequenas cirurgias;
- atividades dos agentes comunitários de saúde;
- pronto atendimento em unidade básica de saúde.

PAB-A – Piso de Atenção Básica Ampliado: financia um elenco maior de procedimentos integrados, destinados à cobertura das ações básicas, de prevenção de doenças, assistência ambulatorial, e das ações correlacionadas aos programas descentralizados pelo Ministério da Saúde, tais como o Programa de Saúde da Família - PSF, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, a Assistência Farmacêutica, a Vigilância Sanitária e o Combate às Carências Nutricionais. O PAB-A é composto de uma parte fixa de recursos (PABA FIXO) destinados à assistência básica e de uma parte variável (PABA VARIÁVEL), relativa a incentivos para o desenvolvimento dos programas executados nesse nível de atenção.

TFECD - Teto Financeiro de Epidemiologia e Controle de Doenças: O programa refere-se a recursos financeiros repassados de forma regular e automática, com transferências mensais, destinadas às ações básicas de investigação epidemiológica e ambiental, de diagnósticos de risco, ações de controle, eliminação e erradicação de agentes de agravos e danos à saúde individual e coletiva das populações. São incentivos do programa as ações de controle de epidemiologias descentralizadas relativas às seguintes doenças: Malária, Leishmanioses, Esquistossomose, Febre Amarela, Dengue, Tracoma, Doença de Chagas, Peste, Filariose e Bócio.

PROGRAMA de Medicamentos Excepcionais: visa garantir o tratamento de pessoas, principalmente de baixa renda, com medicamentos excepcionais distribuídos pelo Sistema Único de Saúde - SUS. Nos primeiros anos, eram fornecidos apenas dois medicamentos: eritropoetina (para pacientes em hemodiálise) e ciclosporina (para pacientes transplantados). Os medicamentos excepcionais são, geralmente, de uso contínuo e de alto custo. São usados no tratamento de doenças crônicas e raras, como a doença de Gaucher (de origem genética). Atualmente, estão incluídos no programa medicamentos para dor crônica (morfina, codeína e metadona), usados em pacientes com câncer; osteoporose, hepatite C crônica, asma grave, Mal de Parkinson, hepatite B em transplantados e doença de Wilson (acúmulo de cobre no corpo). Ao todo são 87 medicamentos distribuídos pelo SUS e todos os remédios são comprados pelas Secretarias Estaduais de Saúde com recursos repassados pelo Ministério da Saúde.

PROGRAMA de Saúde Mental – Medicamentos essenciais Saúde Mental - medicamentos essenciais é um programa que tem como objetivo disponibilizar recursos para a aquisição de medicamentos essenciais para a área de saúde mental, em toda a rede pública.

PROGRAMA Bolsa Alimentação: O programa complementa a renda familiar para a melhoria da alimentação de gestantes e crianças de 6 meses a 6 anos de idade. A Bolsa Alimentação tem o valor de R\$ 15 (quinze reais) por beneficiário, não ultrapassando o valor

de R\$ 45 (quarenta e cinco reais). O repasse é depositado diretamente na conta bancária do beneficiário.

:: PROGRAMA Descentralização de Unidades de Saúde - FUNASA: O programa consiste em um incentivo financeiro com objetivo de subsidiar a descentralização das Unidades de Saúde da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

Os recursos serão destinados da seguinte forma:

Posto de Saúde: R\$ 1.500/ mês por unidade;

Centro de Saúde: R\$ 3.500/ mês por unidade, mais R\$ 700/ mês por laboratório na unidade de saúde;

Centro de Saúde: R\$ 5.500/ mês por unidade, mais R\$ 1.500/ mês por laboratório na unidade de saúde;

Centro de Saúde: R\$ 8.500/ mês por unidade, mais R\$ 3.000/ mês por laboratório na unidade de saúde;

Unidade Mista: R\$ 1.250/ mês por leito na unidade, mais R\$ 11.000/ mês referentes aos serviços ambulatoriais.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

PROGRAMA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO: Promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário.

Objetivos Específicos:

- elaborar e propor medidas para a articulação de Políticas de Finanças Solidárias, em suas múltiplas modalidades, ampliando a escala de suas operações, os serviços financeiros prestados e legitimando novas institucionalidades econômicas;
- intervir na reformulação do arcabouço legal que regula as cooperativas e propor a adoção de um Estatuto do Empreendimento Autogestionário, que permita consolidar sua identidade, implementar um sistema de proteção a seus trabalhadores e orientar as ações de fiscalização;
- difundir e fortalecer os empreendimentos autogestionários, com a promoção do desenvolvimento de tecnologia adequada; apoiar materialmente as agências de fomento da economia solidária; articular cadeias produtivas, ampliando a produção, distribuição e consumo dos produtos da economia solidária, apoiando o consumo ético e o comércio justo;
- estimular e promover a produção de conhecimento voltado para a Economia Solidária, articulando para tanto políticas de educação e de pesquisa; definir um sistema de acompanhamento e de avaliação de seu desenvolvimento; disseminar experiências bem sucedidas e disponibilizar um sistema de informações;
- fortalecer os espaços de organização e de participação da sociedade civil e dos demais entes governamentais, na formulação de políticas públicas para a economia solidária e implantar o Conselho Nacional de Economia Solidária.

FAT – FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR: financia e apoia projetos de capacitação e geração de trabalho e renda para a classe trabalhadora.

PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda: é um conjunto de linhas de crédito para financiar quem quer iniciar ou investir no crescimento de seu próprio negócio,

tanto na área urbana quanto na área rural. O PROGER Urbano, o PROGER Rural e o PRONAF (destinado ao fortalecimento da agricultura de base familiar), tem por objetivo gerar e manter emprego e renda para a população. Trata-se de um dinheiro originário do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e sua aplicação obedece às prioridades definidas pelas Comissões Estaduais e Municipais de Emprego. O PROGER prevê não só o crédito, mas também capacitação gerencial do beneficiário, acompanhamento e assistência técnica. Estas ações são importantes para a permanência do empreendimento no mercado.

PNQ – PROGRAMA NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO: Ao lado de tal desafio, adquire maior ênfase a integração da Política de Qualificação com as demais Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda e com aquelas dos campos da educação e do desenvolvimento:

- a integração com as Políticas Públicas de Trabalho visa reconhecer a qualificação profissional como uma construção social, como algo que vai além da dimensão pedagógica, e de favorecer efetivamente a construção de um sistema público de trabalho, emprego e renda no País;
- a integração da qualificação profissional com as Políticas Públicas de Educação tem como propósito contrapor-se à separação entre educação básica (fundamental, média e de jovens e adultos) e formação profissional;
- quanto à integração da Política Pública de Qualificação com as Políticas Públicas de Desenvolvimento, objetiva-se contribuir para uma real superação da sua condição de política eminentemente compensatória. Os Planos Territoriais e os Projetos Especiais devem ser capazes de, sob o novo PPA, ajustar-se às diretrizes, respectivamente, das políticas nacional, regional, estadual, mesorregional e local de desenvolvimento, ao mesmo tempo atuando como um fator de impulsionamento dessas.

O nexos entre trabalho, educação e desenvolvimento, no âmbito das Políticas Públicas de Qualificação, pressupõe a promoção de atividades político- pedagógicas baseadas em metodologias inovadoras dentro de um pensamento emancipatório de inclusão, tendo o trabalho como princípio educativo; o direito ao trabalho como um valor estruturante da cidadania; a qualificação como uma política de inclusão social e um suporte indispensável do desenvolvimento sustentável; a associação entre a participação social e a pesquisa como elementos articulados na construção desta política e na melhoria da base de informação sobre a relação trabalho-educação-desenvolvimento.

PAT – PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR: O PAT tem por objetivo melhorar as condições nutricionais dos trabalhadores, com repercussões positivas para a qualidade de vida, a redução de acidentes de trabalho e o aumento da produtividade.

BENEFÍCIOS

Para Trabalhador

melhoria de suas condições nutricionais e de qualidade de vida;
aumento de sua capacidade física;
aumento de resistência à fadiga;
aumento de resistência a doenças;
redução de riscos de acidentes de trabalho.

Para Empresas

aumento de produtividade;
maior integração entre trabalhador e empresa;

redução do absenteísmo (atrasos e faltas);
redução da rotatividade;
isenção de encargos sociais sobre o valor da alimentação fornecida;
incentivo fiscal (dedução de até quatro por cento no imposto de renda devido).

Para o Governo

redução de despesas e investimentos na área da saúde;
crescimento da atividade econômica;
bem-estar social.

PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO: O desemprego juvenil é um dos principais desafios enfrentados pelo governo federal. Os jovens de 16 a 24 anos compõem hoje grande parte dos desempregados do país. O índice de desemprego entre os jovens dessa faixa etária é quase o dobro da taxa em geral. Os homens e as mulheres jovens desempregados somam cerca de 3,5 milhões, ou 45% do total de 7,7 milhões de desempregados. O MTE está implementando o Programa Primeiro Emprego, tendo como público jovens de 16 a 24 anos, desempregados ou precariamente ocupados, dando prioridade de acesso aos de baixa renda e escolaridade, com renda per capita familiar até meio salário mínimo. O programa compreende ações destinadas a assegurar oportunidades de inserção desses jovens no mundo do trabalho, por meio de incentivos às empresas, desde que mantenham o quadro de pessoal existente, o que evita o efeito substituição. Outra exigência é a continuidade da educação do jovem no ensino fundamental ou médio. Outra iniciativa está voltada para as ações de estímulo à responsabilidade social das empresas que empregam jovens, independentemente de incentivo fiscal.

Também estimulamos jovens a formar pequenas empresas ou cooperativas de produção, com linha de financiamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Recursos do FAT e do Sistema S estão sendo direcionados para a qualificação social e profissional do jovem que está no primeiro emprego. Estamos ampliando o cumprimento da Lei da Aprendizagem, promovendo maiores oportunidades de estágios e incentivando o trabalho comunitário.

CONSÓRCIOS SOCIAIS DA JUVENTUDE: apoia projetos de empreendedorismo e cooperativismo juvenil.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

PROGRAMA de Qualidade e Fomento ao Transporte Aquaviário: objetiva estimular o desenvolvimento e a melhoria da prestação de serviço de transporte da navegação interior, de cabotagem e de longo curso.

PROGRAMA de Gestão da Política de Transportes: visa apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área de transportes.

MINISTÉRIO DO TURISMO

PROJETO Cara Brasileira – SEBRAE – Objetiva agregar a identidade a identidade cultural a produtos e serviços é uma estratégia utilizada em vários países (Itália, França,

México, entre outros). O Brasil tem uma identidade cultural rica, muito estudada e comentada. No entanto, pouco se utiliza esta identidade para se fazer negócios, como estratégia de país.

As vantagens para os pequenos negócios

As pequenas empresas são as que mais podem se beneficiar dessa estratégia - fator humano. As micro e pequenas empresas estão genuinamente detentoras de uma autenticidade. Elas estão imersas em um riquíssimo e diversificado patrimônio cultural.

As ações do projeto contemplam três ideias norteadoras:

- a) território e territorialidades: inclui-se a ideia dos Arranjos Produtivos Locais (APLS), os Projetos Regionais ou mesmo uma dimensão municipal.
- b) a ideia de tipicidades: daquilo que é específico, particular ou típico de um local. Refere-se aos atributos de um território, os sistemas produtivos tradicionais, símbolos, ritos, mitos, arquétipos, etc.
- c) estratégias com vistas a inserção nos mercados dos produtos originários de APLs, cadeias e setores produtivos (Sistemas de Certificação de Origem, indicação geográfica, marketing territorial e de produtos).

Dois aspectos são fundamentais na ação do cara brasileira:

- a) Valorização/fortalecimento das identidades culturais como estratégia de criação da auto estima e da criação e/ou fortalecimento do sentimento de pertencimento a um local, território, APLs.
- b) Agregar valor aos produtos, serviços e ao formato de negócios, diferenciar destinos turísticos e em diversos setores produtivos (móveis, têxtil, agronegócios, etc.), que evidentemente possam se distinguir a partir de valores da cultura local.

As ferramentas

Mapeamento ou estudos das referências culturais características de um espaço.

Temático: área de ocorrência de determinado produto ou prática cultural e todo o sistema de bens culturais associados, como por exemplo a pesca comercial, a industrialização do pescado, a pesca esportiva e o turismo.

Étnico: o patrimônio cultural de um povo, considerando ou não a sua territorialidade, como é por exemplo o caso das variantes culturais afro-descendentes nas Américas.

Iconográfico: diz respeito aos ícones, a uma representação por meio de imagens dos ícones representativos de um dado lugar, território, espaço delimitado. Com essa ferramenta, é importante estar atento às seguintes colocações:

- Design

A utilização do design como valor agregado é uma tendência no mercado mundial que aposta no produto singular, único, exclusivo, étnico ou enraizado.

Essa ferramenta pode ser utilizada para as embalagens, rótulos, sinalização de destinos, criação de produtos e artefatos, na diferenciação pontual do artesanato, na arquitetura e ambiente, na moda, nos transportes, nos utensílios, entre outros como solução possível para se desenvolver produtos com forte identidade e linguagens próprias, adaptados às novas necessidades de mercado.

- Certificação de Origem/Indicação Geográfica

Instrumento jurídico que pode ser utilizado por pequenos produtores para valorização de produtos locais, artesanais, biológicos, em oposição à grande indústria alimentar, gigante, distante e impessoal.

No Brasil, trata-se de uma ferramenta ainda pouco utilizada. Mas existem iniciativas localizadas, algumas empresas certificadoras e uma Legislação, com o INPI sendo o responsável pelo registro de nomes, marcas, patentes etc.

Diretrizes

Identificar os fazeres, saberes, costumes e tradições locais, visando a criação e diferenciação de destinos turísticos, com foco na hospitalidade, resgate da gastronomia, tematização de roteiros e equipamentos turísticos.

Pesquisar e utilizar o tipo de matéria-prima, identificando-a enquanto específica do lugar.

Identificar a confluência simbólica dos produtos e serviços para produzir o design.

Explicitar o estilo da cultura de cada local ou território, representado nos produtos, serviços e espaços.

Buscar a inovação no mix de produtos a partir dos conteúdos simbólicos, formas de trabalho do lugar e modalidades de venda.

Articular o tradicional e o inovador nos métodos de trabalho, produzindo por meio da confluência de símbolos o design para produtos e embalagens, assim como as certificações de origem.

Considerar na construção de cada produto ou serviço a rastreabilidade ecológica e cultural, agregando o valor que ultrapasse o produto industrializado.